

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Análise de Rede da “Confederação do Equador”: Origens do Federalismo no Brasil a partir de O Typhis de Frei Caneca

Helder Ferreira do Vale

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15155>

Submetido em: 2026-02-18

Postado em: 2026-04-06 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: A segunda versão é fruto dos avanços das métricas de rede e de avanços nas pesquisas de novas bibliografias sobre a Confederação do Equador

Análise de Rede da “Confederação do Equador”: Origens do Federalismo no Brasil a partir de *O Typhis* de Frei Caneca

Helder Ferreira do Vale

<https://orcid.org/0000-0002-4993-7932>

helderdovale@gmail.com

Federal University of Bahia (UFBA)

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, PAF-V

Ondina, 40170-115, Salvador, BA

Resumo: Este artigo analisa a rede federalista que culminou na Confederação do Equador (1824) mediante Análise de Rede Social (ARS) aplicada à revista *O Typhis Pernambucano*, editada por Frei Caneca (1823-1824). O artigo reconstrói o movimento com métricas que revelam uma rede predominantemente bipolar — comunidade federalista versus imperial — com alta coesão interna no bloco das províncias do Norte, mas com baixa capacidade de construir pontes externas. A triangulação com publicações da época, *O Spectador Brasileiro* e *Diário Fluminense*, confirma que as vulnerabilidades estruturais da rede condicionaram o colapso do núcleo federalista. A pesquisa consagra o *Typhis* como registro e infraestrutura da mobilização federalista, revelando a imprensa como um mecanismo de criação de redes de resistência e difusão de novas ideias.

Palavras-chave: Análise de Redes Sociais, Confederação do Equador, *Typhis Pernambucano*, Federalismo Brasileiro, Frei Caneca, Imprensa Política no Império

Data desta versão: abril 2026

Este documento foi submetido à *Acervo: Revista do Arquivo Nacional* e encontra-se em processo de revisão por pares.

Conflito de interesses: O autor declara que não possui conflitos de interesse.

Acessibilidade dos Dados: Os dados de pesquisa e materiais que sustentam o arcabouço analítico e os resultados deste artigo estão disponibilizados de forma aberta e publicamente acessível no repositório Mendeley Data, e são citados como: Ferreira do Vale, Helder (2026), “Análise de Rede - Typhis”, Mendeley Data, V1, doi: 10.17632/33kxpdmstv.1 Os dados são fornecidos sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Network Analysis of the “Confederation of the Equator”: Origins of Federalism in Brazil based on Frei Caneca’s *O Typhis Pernambucano*

Abstract: This article analyzes the federalist network that culminated in the Confederation of the Equator (1824) through Social Network Analysis (SNA) applied to the magazine *O Typhis Pernambucano*, edited by Frei Caneca (1823-1824). The article reconstructs the movement with metrics that reveal a bipolar network — federalist community versus imperial — with high internal cohesion in the northern bloc, but low capacity to build external bridges. Triangulation with contemporary publications, *O Spectador Brasileiro* and *Diário Fluminense*, confirms that the collapse of the federalist core was influenced by the network's structural vulnerabilities. The research establishes *O Typhis* as both a record and infrastructure of federalist mobilization, revealing the press as a mechanism for creating resistance networks and disseminating new ideas.

Key words: Social Network Analysis; Confederation of the Equator, *Typhis Pernambucano*, Federalism, Frei Caneca, Printing Press in the Empire

1 - Introdução

O processo de formação do Estado-nação brasileiro após a Independência de 1822 foi marcado por intensos conflitos entre projetos políticos concorrentes. Longe de uma transição consensual, o início do Primeiro Reinado (1822–1831) foi caracterizado pelo embate entre um projeto centralizador, liderado pela Coroa no Rio de Janeiro, e propostas federalistas e republicanas, que ganhavam força em diferentes províncias.

A Confederação do Equador, em 1824, representou o clímax desse conflito no Norte-Nordeste do Brasil. Iniciado em Pernambuco e difundido para províncias como Ceará, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte, o movimento não deve ser interpretado como uma rebelião isolada ou meramente regional, mas como a culminação de um ciclo mais amplo de oposição ao centralismo autoritário de D. Pedro I. Suas raízes remontam à Revolução Pernambucana de 1817 (Carvalho, 1998; de Mello, 2004), ainda que cada episódio revolucionário tenha assumido significados distintos ao longo do tempo (Bernardes, 2006, p. 262). Nesse contexto, a oposição ao poder imperial articulou-se, na primeira metade do século XIX, por meio da expansão da crítica escrita, na qual a opinião pública emergiu como agente central na difusão do constitucionalismo (Carvalho, 2023).

O cerne do artigo reside na natureza dessa oposição e em como ela se organizou diante da repressão do governo central. Se o Brasil pós-1822 era concebido como uma nação ligada por incipientes laços políticos e territoriais, a imposição de políticas centralistas e a dissolução arbitrária da Assembleia Constituinte em novembro de 1823 forçaram uma rápida polarização estrutural. Tal polarização pode ser entendida como um processo de demarcação de diferentes culturas políticas necessária para a construção de uma memória de oposição ao absolutismo (Fonseca, 2014). Nesse contexto, a questão central a ser examinada é como a liderança de Frei Caneca, através da publicação semanal do *Typhis* ao longo de oito meses, conseguiu articular uma rede de oposição robusta o suficiente para desafiar a autoridade imperial e transformar o descontentamento político em uma ação revolucionária coordenada.¹

Este estudo aplica a Análise de Redes Sociais (ARS) para oferecer uma perspectiva relacional da mobilização. A ARS permite compreender o movimento como uma estrutura complexa que difundiu ideias constitucionais e criou laços de solidariedade entre as 'províncias do Norte', superando a análise de atributos individuais dos atores. Segundo essa abordagem, um movimento social é uma estrutura relacional complexa que cria laços de solidariedade, mesmo que se origine de estruturas pré-existentes (Gould, 1997; Carlos, 2011).

¹ O corpus foi transcrito do exemplar de Chacon (1984). Esse corpus utilizado para a Análise de Rede e para a Análise de Discurso está depositado no seguinte repositório eletrônico: <https://data.mendeley.com/preview/33kxpdmstv?a=ff71510d-1e07-4d9f-b1dd-8f64b9423e2e> O corpus transcrito é utilizado para obtenção das métricas relacionadas às técnicas de análise.

A polarização identificada na rede do *Typhis* reflete o embate em torno da natureza do governo representativo no Brasil. Como destaca Dolhnikoff (2011), as elites provinciais da época, embora vinculadas à monarquia, não abdicaram da construção de um sistema de representação que limitasse o poder pessoal do monarca. Nesse sentido, o radicalismo de Frei Caneca emerge não como uma inflexibilidade isolada, mas como uma defesa contundente da legitimidade parlamentar frente ao uso do Poder Moderador, posicionando o periódico como um nó vital de conexão entre a opinião pública provincial e o debate sobre o perfil institucional do Estado nacional ainda em formação.

Na tentativa de demonstrar de forma mais nuançada aspectos estruturais da mobilização em Pernambuco, aplica-se a ARS ao conteúdo do *Typhis*, sendo possível identificar a dinâmica e os pontos de vulnerabilidade do módulo federalista pernambucano. O periódico, conforme indicado na análise, funcionou como a infraestrutura comunicacional essencial para a articulação de novas ideias políticas e geográficas da oposição (Ramires, 2017), assim como, para a construção dos alicerces da memória histórica do federalismo republicano no Brasil (Fonseca, 2014).

Ao validar a imprensa como agente de articulação na formação de rede, a dimensão ideacional tem um valor significativo em propulsar a mobilização social. Particularmente importante nessa dimensão é desvelar, por meio do seu repertório contestador (*repertoire of contestation*), “como” e “o que” os líderes da mobilização conhecem, e a sociedade espera que se faça com o conhecimento (Tilly, 1978, p. 151). Nesse sentido, o módulo federalista da Confederação do Equador demonstra as transformações de conceitos constitucionalistas — liberdade, republicanismo, e federalismo — que viriam a moldar futuros acontecimentos históricos no país. À articulação desse repertório na forma de rede no contexto da Confederação do Equador, denominamos de *constitucionalismo autonomista*, que se refere a junção de ideais inovadoras, nomeadamente, federalismo e republicanismo, que eram empregadas nos textos da época para conceber novas trajetórias políticas.² Neste sentido, entende-se por *constitucionalismo autonomista* um repertório político que combina defesa de arranjos constitucionais com a afirmação de autonomias provinciais, articulando soberania local e limitação do poder central.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a evolução topológica da rede da Confederação entre 1823 e 1824. Mapear esta evolução consiste em rastrear as fases de mobilização considerando suas juntas críticas. Para entender os aspectos estruturais do *constitucionalismo autonomista* como ideário político, dividimos a análise em quatro fases do processo de publicação do *Typhis*: (1) Fase de Observação, com Frei Caneca

² No *Typhis*, os termos “federação” e “confederação” aparecem apenas 12 vezes, mas com sentidos mutáveis. “Federação” inicialmente designa a união Brasil-Portugal, enquanto “confederação” descreve um Brasil composto por províncias autônomas. Na fase intermediária, “federação” aproxima-se da ideia de autonomia, inspirada na Constituição do México. Na etapa final, ambos os termos tornam-se bandeiras internas: Frei Caneca defende um arranjo federativo ligado à resistência, autogoverno e tonalidades separatistas.

como hub ideológico; (2) Emergência de Comunidades e Polarização Local; (3) Fase de Expansão Regional, com o núcleo federalista estendendo-se ao Ceará e Paraíba; e (4) Fase de Ruptura e Confederação.

Esta periodização emerge da progressão que parte do estado inicial de “Observação” à “Ruptura e Confederação.” Durante tal desenvolvimento, podemos observar, por exemplo, como a relação entre Frei Caneca e D. Pedro I transforma-se de crítica (Fase 1) em acusação de perjúrio e tirania (Fase 4), documentando não apenas a mudança de posição, mas também as justificativas e eventos precipitadores dessa transformação. Essa periodização é essencial para compreender processos de mobilização política, na qual o *timing* das ações e a sequência de eventos determinam resultados (Tilly, 2008).

A ARS adotada neste artigo opera com o conceito de rede mínima (*minimum network*): uma rede deliberadamente reduzida a um conjunto essencial de nós e arestas, visando maximizar a clareza analítica sem comprometer o poder explicativo. Diferentemente de uma “rede máxima”, ou “não-mínima”, que busca abarcar toda a complexidade relacional, a rede mínima seleciona apenas os atores e relações estruturalmente decisivos — neste caso, 16 nós e 22 arestas que capturam as dinâmicas centrais da Confederação do Equador no *Typhis*. O critério de inclusão é a relevância estrutural, isto é, a capacidade de um ator ou relação de produzir efeitos observáveis na mobilização ou repressão do movimento federalista.

A rede apresenta dois polos principais — federalista e imperial — além de um conjunto de atores institucionais que, embora identificados como um terceiro módulo, não operam de forma autônoma. O módulo federalista foi liderado por Pernambuco e Frei Caneca, enquanto o módulo imperial foi dominado pelo Rio de Janeiro e D. Pedro I.³ Há um módulo institucional que em princípio deveria ser neutro e independente dos outros dois módulos, mas se tornaram alvo das disputas. A raiz do módulo iniciado em Pernambuco, considerada a origem de um processo difusor das ideias federalistas, o artigo articula algumas inferências sobre a mobilização sociopolítica do início do Brasil independente. Em outras palavras, a rede do federalismo pernambucano representa uma contribuição inicial da ARS para mapear a construção de uma rede da Confederação que contribuiu para uma eventual adoção e institucionalização do federalismo no Brasil.

O artigo organiza-se da seguinte forma: após o referencial teórico e metodológico (Seções 2 e 3), procede-se à análise textual e à construção da rede (Seções 4 e 5); a Seção 6 contrasta o *Typhis* com a imprensa carioca, seguida pelas inferências estruturais (Seção 7) e conclusões (Seção 8).

³ Um terceiro módulo poderia ser criado, o módulo institucional, que seria formado por instituições (e.g., Assembleia Constituinte) que representam ideias (e.g. republicanism), as quais são fontes de conflito. Entretanto, essas instituições no século XIX estavam longe de ser neutras, e, portanto, teriam pouca relevância como módulo independente na ARS, uma vez que eram facilmente capturadas. Tal situação de fato ocorreu com a Assembleia Constituinte.

2 - O *Typhis* como Fonte para Análise de Redes

O *Typhis Pernambucano* exemplifica o potencial de certas fontes primárias para a reconstrução de redes históricas, ao combinar densidade informacional, continuidade temporal e explicitação de relações entre atores. A ARS requer documentação que registre conexões de forma sistemática, e a imprensa política do século XIX — especialmente em contextos de mobilização — constitui um tipo privilegiado (Carvalho, 2023). Diferentemente de documentos administrativos ou correspondências privadas, periódicos engajados não apenas refletem redes, mas também as constroem e sustentam, capturando a dinâmica do campo político.

Essa base documental permite não apenas narrar a Confederação do Equador, mas compreender os processos relacionais que viabilizaram sua emergência. A ARS, combinada à narrativa histórica, torna possível identificar mecanismos causais ao explicitar a arquitetura relacional subjacente aos eventos.

Apesar dos desafios metodológicos — como a fragmentação das fontes históricas (Lemercier, 2015; Rollinger, 2020) —, o *Typhis* constitui um caso excepcional. Como “artefato de rede” (Mische, 2008), o periódico simultaneamente reflete, produz e mobiliza relações. Sua riqueza relacional permite identificar características importantes da rede da Confederação. Por exemplo, ela detém elevada coesão interna dos blocos e baixa presença de pontes entre eles, o que contribuiu para o isolamento do módulo federalista. Essa configuração é compatível com o que se define aqui como *constitucionalismo autonomista*, baseado em autonomia relacional com limitada integração ao centro imperial.

Como mencionado anteriormente, a rede reconstruída é, contudo, uma “rede mínima”, o que impõe cautela interpretativa. Ainda assim, o *Typhis* permite mapear as estruturas sociais que transformaram lideranças como Frei Caneca em agentes revolucionários. Como documento relacional, ele revela padrões de interação, intensidade de vínculos e efeitos sobre o campo político (Bearman, 1993; Padgett; Powell, 2012).

Além disso, o periódico expressa relações multidimensionais — políticas, militares, regionais e comunicacionais — possibilitando a construção de redes multiplexas (Verbrugge, 1979). Sua dimensão temporal permite observar a formação e ruptura de alianças e o aumento da polarização, superando abordagens estáticas (Moody et al., 2005). A retórica explícita de seus textos também favorece a identificação da valência das relações, viabilizando a análise de redes assinadas (Leskovec et al., 2010).

Para além do registro, o *Typhis* atua como instrumento de ação política. No contexto do início do século XIX, a imprensa era uma arena de disputa e formação da esfera pública (Morel, 2008; Lustosa, 2000). O periódico funcionava como infraestrutura de coordenação, conectando atores entre diferentes províncias e facilitando a mobilização. A circulação de recursos materiais — como a tipografia enviada ao Ceará — evidencia

que a expansão do movimento dependia também de capacidades logísticas (Studart, 1924).

O *Typhis* explicita os mecanismos relacionais do processo político: como alianças se formaram, como identidades foram construídas e como percepções de ameaça geraram alinhamentos (Snow; Benford, 1988). Dessa forma, o periódico permite responder a críticas ao “fetichismo estrutural” na análise de redes (Emirbayer; Goodwin, 1994), ao evidenciar a dinâmica das relações. Mais do que refletir o movimento, o periódico constituiu um de seus nós centrais, com Frei Caneca atuando como mediador estratégico e empreendedor político na Confederação do Equador. É precisamente a partir dessa articulação entre estrutura e processo que se pode extrair a contribuição teórica mais ampla deste estudo.

Este artigo contribui para a sociologia histórica e para a ARS ao demonstrar que, em contextos de crise política, a topologia das redes não é apenas descritiva, mas constitutiva dos resultados políticos. Em vez de tratar as redes como reflexos passivos de processos subjacentes, a análise evidencia como propriedades como modularidade, intermediação (*brokerage*) e a ausência de laços de ponte estruturam ativamente as possibilidades de coordenação, formação de alianças e resolução de conflitos. Nesse sentido, a Confederação do Equador constitui um caso em que a arquitetura relacional pode ser identificada como um mecanismo condicionante, moldando tanto a trajetória quanto os limites de um movimento revolucionário.

3 - Desenho de Pesquisa

A ARS é um método consolidado nas ciências sociais para mapear e analisar estruturas relacionais entre atores sociais, instituições e localidades (Wasserman; Faust, 1994; Scott, 2017). Diferentemente das abordagens que privilegiam atributos individuais, a ARS concentra-se nos padrões de conexão, fluxos de informação e posições estruturais ocupadas pelos atores dentro de sistemas relacionais complexos (Borgatti et al., 2018). No campo da história política, este método tem sido aplicado com crescente sofisticação para compreender alianças, conflitos e dinâmicas de poder em contextos revolucionários e de mobilização coletiva (Padgett; Ansell, 1993; Mische, 2008; Erikson, 2013).

No presente estudo, a rede da Confederação é compreendida como um sistema dinâmico de relações políticas, militares, ideológicas e comunicacionais que se transforma ao longo do tempo, refletindo os estágios de intensificação do conflito entre as províncias do Norte e o poder central sediado no Rio de Janeiro.

3.1 *Corpus e Unidade de Análise*

O corpus empírico da pesquisa consiste nas 29 edições completas do *O Typhi*, publicadas entre 25 de dezembro de 1823 e 5 de agosto de 1824. Este periódico constitui, ele próprio, um instrumento deliberado de construção, articulação e mobilização da rede da Confederação. Como argumentado por Mische (2008), a imprensa política do século XIX

operava simultaneamente como meio de comunicação e infraestrutura organizacional de movimentos políticos.

A escolha deste corpus justifica-se por três razões principais: (1) a centralidade de Frei Caneca como articulador intelectual e político do movimento federalista; (2) a continuidade temporal das edições, que permite acompanhar a evolução da rede; e (3) a riqueza de referências explícitas e implícitas a atores, instituições, eventos e relações que possibilitam a reconstrução de redes do período.

Do ponto de vista da ARS, a rede aqui construída configura uma *ego-network ampliada*, centrada em Frei Caneca, que registra as relações tal como são percebidas, nomeadas e enquadradas ao longo das edições do *Typhis*. Diferentemente de uma rede completa (*full network*), que mapeia todas as interações entre os atores de um sistema, esta abordagem reconstrói o universo relacional a partir da perspectiva do próprio ego. Trata-se de uma escolha metodológica consistente com a natureza da fonte, uma vez que o *Typhis* não apenas documenta, mas participa ativamente da construção da rede federalista.

3.2 Nós e Arestas do *Typhis*

Seguindo os protocolos estabelecidos pela literatura de ARS histórica (Lemercier, 2015; Rollinger, 2020), procedemos à identificação sistemática de dois elementos fundamentais da rede: os nós (*nodes*) e as arestas (*edges*). Para maior compreensão dos termos relacionados à teoria de redes empregados nesse artigo, o Anexo I contém um glossário de 18 termos e suas definições.

A codificação da rede identificou os nós por leitura exploratória dos atores mencionados. As arestas foram definidas por quem se conecta a quem, tipo e valência da relação. Os campos de tempo (início/fim) derivam da edição de cada interação no *Typhis*, e o peso de cada aresta corresponde à sua frequência ou intensidade ao longo das edições. A codificação é qualitativa; as métricas quantitativas são aplicadas posteriormente para interpretar a estrutura da rede.

Os nós no *Typhis* foram inicialmente categorizados em três tipos: atores individuais, grupos políticos, instituições e conceitos políticos, entidades territoriais e corpos militares, conforme indicado no Quadro 1. Entretanto, esses conjuntos de nós foram reduzidos, considerando a persistência das relações entre eles nas diferentes edições do periódico. O Anexo II lista os nós identificados pelos seus “IDs” e “labels”, totalizando 16 nós, assim como as métricas da rede construída.

Refletindo as métricas da rede (Anexo II), nota-se uma consolidação precoce com alta centralização, na qual Pernambuco, Rio de Janeiro e Frei Caneca concentram os maiores níveis de grau, peso e intermediação, enquanto a maioria dos atores atua de forma mais passiva. O grau de centralidade distingue emissão de influência e foco de pressão, e sua versão ponderada separa vínculos episódicos de relações persistentes. A centralidade de intermediação revela um deslocamento da mediação: embora Frei Caneca seja central no plano discursivo, Pernambuco assume maior protagonismo estrutural (0,486 vs. 0,362), indicando a transição para uma coordenação territorial. A modularidade confirma a

divisão em dois blocos — federalista e imperial — com baixa interconexão, evidenciando polarização precoce. Por fim, a taxa de formação de arestas sugere intensificação e reorganização das interações ao longo do tempo, acompanhando a escalada do conflito.

Quadro 1: Categorias de Nós

Categoria de Nó	Exemplos no Texto (Atores Individuais e Coletivos)
Atores Individuais	Liderança Federalista: Frei Caneca (o editor), Manoel de Carvalho Paes de Andrade (Presidente de Pernambuco), Antônio Carlos de Andrada, Montezuma, Antônio Joaquim de Mello. Oposição Imperial (Chumbismo): D. Pedro I (o Imperador), Ministros do Rio de Janeiro (Severiano, Clemente Ferreira França, Francisco Villela Barboza, etc.), Facção Portuguesa (ou "Chumbeiros"), João Taylor (Comandante naval).
Instituições e Conceitos Políticos	Assembleia Constituinte (dissolvida), Senado do Rio de Janeiro ("muito leal e heroico"), Câmaras (Recife, Olinda, Goiana, Mipibú), Conselho de Estado.
Entidades Territoriais	Pernambuco (a "pátria da liberdade"), Rio de Janeiro (a "corte"), Bahia, Ceará, Paraíba do Norte, Alagoas.
Corpos Militares	Tropa Portuguesa, Esquadrão de Cavalaria, 2º Batalhão de Caçadores, Guerrilhas.

Fonte: *Elaboração do autor*

No total, a rede é formada por 22 arestas que podem ser classificadas segundo sua natureza e valência que indicam a existência de três tipos de relações: negativas de oposição e conflito (hostilidades, críticas, bloqueios),⁴ positivas de aliança e cooperação (apoios, uniões federalistas, mobilizações)⁵ e comunicacionais de troca e transmissão informacional (fluxos de imprensa, correspondências).⁶ A análise dessas categorias revela que Frei Caneca, Pernambuco e Rio de Janeiro são os únicos atores que estabelecem relações nos três tipos, confirmando seu papel estrutural como polos do conflito e hubs de mediação na rede.

⁴ Crítica/Ataque Ideológico: Denúncias, acusações e desqualificações discursivas; Ação Hostil/Militar: Bloqueios, batalhas, prisões, expulsões; Rejeição/Exclusão: Votos contrários, recusas de posse, expulsões políticas.

⁵ Apoio/Defesa: Manifestações explícitas de solidariedade e sustentação; Aliança/Adesão: Declarações de união e compromisso mútuo; Liderança/Subordinação: Relações hierárquicas dentro de grupos.

⁶ Correspondência: Troca de cartas e mensagens oficiais; Propaganda/Mobilização: Apelos públicos através do periódico; Informação/Notícia: Transmissão de informações sobre eventos e decisões.

A rede inicial (Anexo III) continha 37 nós e 42 arestas, incluindo conceitos (e.g., Bloqueio, União Federalista) como nós.⁷ Embora útil para definir o contexto discursivo, essa abordagem criou redundância analítica — conceitos capturam atributos de relações, não atores do conflito. Optou-se, portanto, por uma rede mínima com as relações políticas, militares e comunicacionais que Frei Caneca considerou relevantes. Foram excluídos vínculos invisíveis no corpus: relações familiares (Carvalho, 1998), econômicas, laços de compadrio e conexões internas ao campo imperial. Essas ausências, esperadas em uma *ego-network ampliada*, delimitam o alcance da análise: trata-se da estrutura politicamente visível do movimento, não de um retrato completo da política imperial.

3.3 Periodização e Análise Temporal

A análise reconhece o caráter dinâmico da rede que se formou com a sequência de publicação do *Typhis*, sendo possível a segmentação dessa sequência em quatro fases cronológicas que refletem transformações qualitativas na estrutura e nas estratégias da mobilização federalista.

A primeira fase, a qual chamamos de Fase de Observação, correspondente às edições de 1 a 6 (dez/1823-jan/1824), reflete um período de crítica intelectual à dissolução da Assembleia Constituinte, com manutenção tática da lealdade ao Imperador e foco na construção de consenso local. Em seguida, surge a Fase de Crítica Aberta, que inclui nove edições (Edições 7-15, jan-mar/1824) pelas quais há uma intensificação da oposição após a outorga da Constituição de 1824 e a tentativa imperial de imposição do Morgado do Cabo como presidente de Pernambuco. Na terceira fase, denominada Fase de Hostilidade (Edições 16-24, mar-jun/1824), observa-se a militarização do conflito com o bloqueio naval de João Taylor, expansão geográfica da rede para Paraíba e Ceará, e início das operações militares. Na quarta e última fase, a Fase de Ruptura e Confederação (Edições 25-29, jun-ago/1824), se dá o rompimento formal com o Império através da proclamação da Confederação do Equador e convocação para estabelecimento de governo autônomo.

Esta periodização, fundamentada em análise temática e de conteúdo do periódico, permite observar a rede como processo (*network as process*) e não apenas como estrutura estática (Emirbayer; Goodwin, 1994).

3.4 Triangulação com outras Fontes

Dadas as limitações de uma ARS construída a partir de um único corpus, este artigo adota uma estratégia de triangulação documental para qualificar e contrastar os resultados obtidos com o *Typhis*. Dessa forma, utilizamos o *Diário Fluminense*, publicação oficial da Coroa, para acompanhar a retórica governamental ao longo da crise da Confederação do Equador, bem como *O Spectator Brasileiro*, jornal independente do Rio de Janeiro,

⁷ A inclusão de conceitos políticos como nós analíticos segue a perspectiva de que ideias e instituições abstratas funcionam estruturalmente como atores na medida em que mobilizam apoio, geram oposição e articulam alianças (Emirbayer; Goodwin, 1994).

cujas três únicas referências ao levante — dois artigos e o Manifesto Imperial — fornecem uma perspectiva externa à mobilização entre algumas províncias do Norte sobre autonomia territorial.

Esta seção utiliza a triangulação de fontes para superar as lacunas interpretativas de um período de intensa clivagem política. Embora a análise do *O Spectador Brasileiro*, do Manifesto Imperial e do *Diário Fluminense* se baseie em edições delimitadas, trata-se de uma amostragem teórica focada em eventos críticos de 1824. A robustez da análise não reside na exaustividade serial, mas na diversidade posicional das fontes (Denzin, 1978; Ginzburg, 1990), que representam polos estruturalmente distintos do campo político imperial — do liberalismo moderado ao discurso oficial da Coroa e à narrativa diplomática endereçada ao exterior. Ao combinar triangulação empírica — cruzamento de fontes para reconstruir a dinâmica do movimento — e triangulação crítica — análise dos silêncios estratégicos produzidos pelas condições de criação de cada arquivo (Decker et al., 2025) —, a análise expõe dissonâncias narrativas que o corpus do *Typhis*, isoladamente, não permitiria identificar. Em particular, o Manifesto Imperial e o *Diário Fluminense* funcionam como *alter-documents* — fontes nas quais o poder imperial define os federalistas como 'outro' a ser suprimido —, tornando seus silêncios sobre a extensão das adesões provinciais tão informativos quanto seus conteúdos explícitos.

A comparação entre esses discursos revela a imprensa como ator decisivo na construção e disputa de redes políticas, ao mesmo tempo em que evidencia fragilidades estruturais do movimento pernambucano: sua crescente coesão regional resultou em isolamento, especialmente pela exclusão de agentes moderados, como a Bahia. A triangulação, assim, reforça a validade da análise relacional e ilumina mecanismos concorrentes de interpretação que moldaram o desfecho de 1824, mostrando que a derrota da Confederação foi condicionada tanto por fatores militares quanto pelas vulnerabilidades topológicas de um módulo federalista incapaz de romper seu isolamento.

4- Análise Textual

A análise lexical do *Typhis*, detalhada no Anexo IV, revela um universo discursivo altamente estruturado, no qual temas políticos, institucionais e identitários se articulam para sustentar um enquadramento coerente de oposição ao centralismo imperial.⁸ A tríade conceitual formada por “independência”, “constituição” e “liberdade” funciona como eixo central: são apresentados não apenas como valores abstratos, mas como objetivos

⁸ Para a obtenção das métricas léxicas, utilizou-se o software *Voyant Tools*. Observou-se uma variação marginal entre a contagem de palavras do processador de texto original (77.812) e os tokens processados pela ferramenta (78.461). Essa discrepância de aproximadamente 0,8% é atribuída aos critérios de tokenização da ferramenta, que processa de forma distinta hífen, numerais e pontuações típicos da grafia oitocentista, garantindo, contudo, uma densidade vocabular de 0.146 e um índice de legibilidade (*Readability Index*) de 11.577.

inseparáveis e mutuamente condicionados, compondo o horizonte político desejado pelos articuladores da Confederação.

A retórica do *Typhis* não deve ser interpretada apenas como expressão de um radicalismo conjuntural, mas como parte de uma linguagem republicana que, segundo Fonseca (2011), buscava conciliar a experiência americana com a necessidade de reformas no Brasil. Nesse sentido, observa-se em Frei Caneca uma linguagem política centrada na defesa da ordem constitucional e da autonomia provincial como garantias de liberdade, refletindo o que Bernardes (2006) denomina “patriotismo constitucional”. À luz desse conceito, o periódico pode ser situado em uma tradição de construção de identidades locais, o que ajuda a explicar, simultaneamente, a robustez dos laços internos em Pernambuco e as dificuldades de articulação com outras províncias que não compartilhavam essa mesma trajetória de constitucionalismo mais radical, como a Bahia.

No plano discursivo, o *Typhis* articula um léxico que combina constitucionalismo e autonomia, configurando um repertório de constitucionalismo autonomista. Os dados do Voyant Tools (Tabela IV-1) confirmam essa estrutura: a predominância de *Const* (442 ocorrências) indica seu papel como eixo da oposição, enquanto sua primazia sobre *Soberan* (92) sugere uma defesa de segurança jurídica, e não de poder arbitrário. A convergência com *Liber* (119) reforça que, na gramática de Frei Caneca, a autonomia era condição para a liberdade. Em contraste, a ascensão de *Republic* (28), acompanhada da estabilização ou declínio de termos como *Independ* (83), indica uma inflexão discursiva: o movimento evolui da crítica ao arbítrio imperial para a formulação de um projeto político alternativo.

No conjunto do corpus, a alta frequência de termos como “*assembléia*”, “*constituição*”, “*soberania*”, “*liberdade*” e “*nação*” evidencia que o periódico opera como uma arena de disputa constitucional e de elaboração de uma gramática política liberal. A centralidade de “*assembléia*”, em particular, remete ao impacto da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, interpretada pelo *Typhis* como ruptura autoritária e origem da crise. Esse núcleo semântico se reforça nas combinações recorrentes — como “*assembléia constituinte*”, “*soberania da nação*”, “*sistema constitucional*” e “*projecto de constituição*” — que indicam não apenas a discussão institucional, mas a articulação de um projeto alternativo à ordem imperial, baseado em soberania popular e representação nacional em termos mais radicais do que aqueles defendidos por D. Pedro I.

Outro eixo temático estruturante é o da polarização política. Termos como “*facção portuguesa*”, “*faccionários*”, “*arbítrio imperial*”, “*tiranos e déspotas*” e “*chumbeiros do Rio*” estruturam uma narrativa de conflito que identifica inimigos internos e externos, enquanto expressões como “*resistência legítima*” e “*unidade das províncias*” legitimam a mobilização federalista. Essas combinações evidenciam um léxico de enfrentamento político e moral, no qual o periódico define fronteiras claras entre aliados e adversários — característica típica de redes políticas polarizadas.

A dimensão regional também emerge com força. Expressões como “*província de Pernambuco*”, “*povo pernambucano*”, “*câmaras municipais*” e “*norte do Brasil*”

reforçam a construção de uma identidade política regional, apresentada como alternativa legítima ao poder central. O *Typhis* articula um discurso de solidariedade interprovincial, especialmente com Ceará e Paraíba, e projeta Pernambuco como núcleo moral e político da resistência.

Por fim, aparece um eixo moral-religioso, com combinações como “*religião católica*”, “*santa religião*”, “*providência divina*” e “*moral pública*”. Esse vocabulário cumpre dupla função: insere o discurso federalista na cultura moral da época e legitima politicamente a causa ao vinculá-la a princípios religiosos e éticos amplamente aceitos.

Quanto ao estilo metafórico de Frei Caneca, ele incorpora ao texto metáforas náuticas, coerentes com o título “*Typhis*”, que transformam o cenário político em uma paisagem marítima turbulenta: a “*nau da pátria*” enfrenta a “*tempestade política*” em busca do “*porto da salvação*”, enquanto “bons ventos” anunciam a possibilidade de mudança — imagens que dramatizam a crise e mobilizam o leitor. Por fim, a retórica de emergência, expressa por termos como “*perigo iminente*”, “*crise da pátria*” e “*nuvens que escurecem*”, reforça a sensação de urgência e legitima a necessidade de ação imediata.

Para além dessas dimensões qualitativas, a análise de frequência das combinações lexicais permite identificar uma hierarquia discursiva mais precisa. Os termos mais recorrentes do corpus — ‘*assembleia constituinte*’ (45+) e ‘*dissolução da assembleia*’ (40+) — superam em frequência tanto o léxico conflitual (‘*tiranos e déspotas*’, 8+; ‘*resistência legítima*’, 10+) quanto o léxico regional (‘*povo pernambucano*’, 15+; ‘*heróis pernambucanos*’, 8+). Esse dado sugere que o *Typhis* opera predominantemente como um periódico de crítica constitucional — e que a radicalização documentada nas fases finais representa uma escalada *sobre* uma base discursiva essencialmente legalista, não uma ruptura com ela. A dissolução da Assembleia Constituinte funciona, portanto, não apenas como evento precipitador da mobilização, mas como referência semântica estruturante de todo o corpus.

Igualmente reveladora é a distribuição do léxico regional. A alta frequência de ‘*câmaras municipais*’ (20+), próxima à de ‘*província de Pernambuco*’ (25+) e muito superior à de ‘*heróis pernambucanos*’ (8+), aponta que a construção identitária no *Typhis* ancora-se prioritariamente em instituições locais de poder — câmaras, províncias, representação territorial — e não necessariamente em apelos heroicos ou culturais. Essa observação apoia o conceito de *constitucionalismo autonomista* proposto no artigo, em que a identidade regional mobilizada por Frei Caneca reflete uma identidade institucional e política.

Por fim, a equivalência de frequência entre combinações religiosas (‘*religião católica*’, 20+) e combinações políticas como ‘*liberdade política*’ (18+) sugere que religião e política operam no *Typhis* como campos de legitimação paralelos e mutuamente reforçados. Para um autor que era simultaneamente frei e líder político, essa equiparação não parece ser acidental, uma vez que ela revela uma estratégia retórica deliberada de

fusão entre autoridade moral religiosa e autoridade política constitucional, ampliando o alcance persuasivo do periódico para além dos círculos letrados.

Quanto às frequências dos nomes das províncias do Norte no corpus, é notável a diporcionalidade em que a Bahia aparece, 89 vezes, vis-à-vis outras províncias. A assimetria relacional da rede federalista é evidenciada uma vez que soma total de menções (69) a todas as outras oito províncias que compunham o horizonte de expansão do movimento (Paraíba, Ceará, Pará, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe) é inferior a da Bahia, conforme indicado no Anexo IV (Tabela IV-2). Este dado quantifica a importância estratégica para Pernambuco do nó baiano como ponte para a maior socialização da cultura política da Confederação. Simultaneamente, este dado revela a fragilidade da integração efetiva com o bloco do Norte, cuja presença discursiva de algumas províncias permaneceu periférica no *Typhis*.

Em conjunto, esses padrões constroem um discurso coerente que articula ideal normativo, antagonismo político, imaginação simbólica e mobilização emocional. A análise lexical demonstra que o *Typhis* é um periódico de crítica constitucional que se radicaliza processualmente: sua base discursiva é legalista, sua identidade regional procura a institucionalização, e sua legitimação torna-se simultaneamente política e religiosa. O periódico emerge, assim, como um “artefato de rede” visto que ele não apenas registra, mas performa a lógica do *constitucionalismo autonomista* que estruturou a Confederação do Equador.

5 - A Geografia Política Nacional: Bipolar, Não-coesa e Radicalizada

A ARS revela uma configuração estrutural marcada por forte polarização entre o campo federalista e o imperial, conectados predominantemente por relações de oposição. Essa estrutura sugere um padrão relacional no qual o conflito, mais do que a cooperação, atua como principal mecanismo de coesão do sistema. Em vez de uma rede integrada por alianças densas e estáveis, observa-se um arranjo sustentado por antagonismos explícitos, que mantêm os diferentes atores conectados no interior de um mesmo grafo.

A baixa modularidade da rede aprofunda essa leitura ao indicar que sua organização não se baseia em comunidades internamente coesas e autônomas, mas em conexões transversais — majoritariamente negativas — entre grupos antagonistas. De fato, o que sustenta a conectividade do sistema não são arestas de oposição que atravessam os campos políticos, revelando uma lógica predominantemente reativa, na qual a articulação coletiva se estrutura mais pela rejeição ao adversário do que por mecanismos internos de coordenação.

Essa baixa modularidade também decorre da ausência de neutralidade das instituições, como a Assembleia Constituinte e o Senado, que se tornam alvo de disputa entre os blocos. Embora a detecção de comunidades identifique três módulos — federalista, imperial e institucional/ideológico —, essa diferenciação deve ser interpretada com

cautela. Na prática, o chamado módulo institucional não constitui um terceiro polo autônomo, mas um conjunto de atores fortemente polarizados entre os dois campos principais. Longe de neutras, essas instituições são incorporadas à dinâmica do conflito, funcionando como extensões ou arenas de disputa entre federalistas e imperialistas. Assim, do ponto de vista substantivo, a rede se organiza em torno de dois polos efetivos, ainda que a estrutura algorítmica sugira uma segmentação tripartite.

Nesse contexto, a Confederação do Equador, ao menos tal como representada pelo *Typhis*, aparece menos como um projeto federativo plenamente consolidado e mais como uma frente conjuntural unificada pela crítica ao centralismo imperial. A relativa fragilidade interna da rede, evidenciada pela baixa coesão estrutural, contribui para explicar tanto a intensidade retórica do movimento quanto suas dificuldades históricas de sustentação diante de um adversário mais integrado.

A análise das métricas de centralidade reforça essa interpretação ao indicar a concentração de conexões em um conjunto restrito de atores, responsáveis por mediar — ainda que de forma limitada — as relações entre os diferentes segmentos da rede. A dependência desses nós centrais reduz a redundância estrutural e aumenta a vulnerabilidade do sistema: a remoção ou neutralização desses atores tende a produzir efeitos desproporcionais sobre a conectividade da rede como um todo.

A evolução da modularidade revela uma trajetória não-linear: nas Fases 1 a 3, a proporção de arestas internas cresce progressivamente, indicando consolidação dos módulos. Na Fase 4, entretanto, as duas únicas novas arestas são ambas externas — a ruptura final entre Pernambuco e Rio de Janeiro — sugerindo que o clímax do conflito não é de maior coesão interna, mas de confrontação direta e bilateral entre os polos.

A dinâmica temporal, capturada pela taxa de formação de arestas, sugere uma trajetória de progressiva radicalização. Nas fases iniciais, a criação acelerada de novas conexões reflete um esforço de definição de posicionamentos, mapeamento de atores e expansão do universo discursivo. À medida que a rede amadurece, esse ritmo diminui, sugerindo que os principais antagonismos já estavam estabelecidos e que a atenção se desloca para a intensificação dos conflitos existentes, especialmente com a entrada de atores associados à escalada militar. Na fase final, a queda abrupta na formação de novas arestas coincide com o momento de ruptura decisiva, marcado pela declaração de secessão, simbolizada pela conexão Pernambuco–Rio de Janeiro (P1→RI).

A centralidade de Pernambuco e Rio de Janeiro é ilustrada na Figura 1, que retrata a rede visualmente com duas cores, vermelho para os nós do módulo federalista e azul para o módulo imperial. O tamanho dos nós indica a presença de arestas de saída: quanto maior o nó, maior o número de arestas de saída. Quanto às arestas, na Figura 1, as vermelhas indicam relações de oposição e conflito, enquanto as arestas azuis representam relações de aliança e cooperação. Por outro lado, as arestas roxas indicam relações de natureza comunicacional e informacional. A Figura 1 mostra dois módulos: um delimitado por

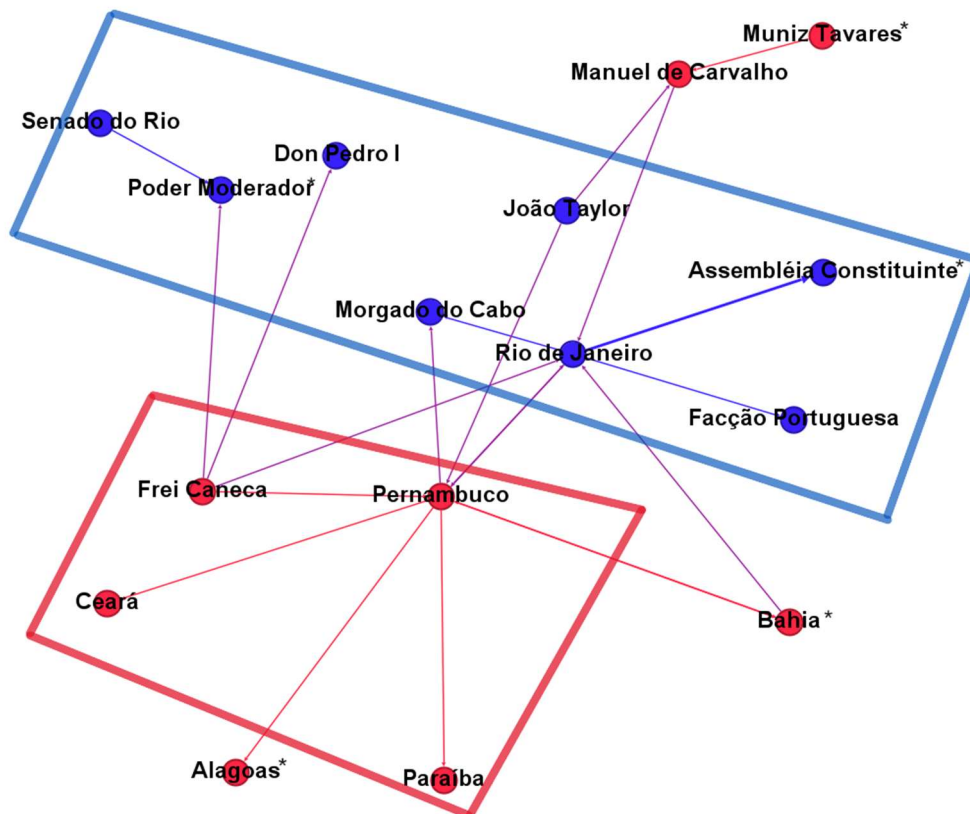
bordas vermelhas, contendo os principais nós do módulo federalista, e outro com bordas azuis, que congrega os nós imperiais.

Como um todo, a rede mínima da Confederação retrata um movimento em plena guerra discursiva. Pernambuco lidera, o Rio de Janeiro contra-ataca, Frei Caneca estrutura o imaginário e os demais atores orbitam como aliados desejados ou inimigos declarados. A rede, ao invés de ser apenas um reflexo da realidade política, funciona como um dispositivo ativo de construção e polarização, revelando tanto o vigor mobilizador do projeto confederado quanto sua dependência de antagonismos externos para manter a unidade. O resultado é uma representação topográfica de como a Confederação do Equador se articulou, se radicalizou e finalmente se lançou à ruptura, deixando visíveis, em sua própria estrutura relacional, tanto sua ambição quanto suas vulnerabilidades. A análise que segue utiliza a rede mínima com 16 nós e 22 arestas, cuja construção é justificada metodologicamente na Seção 3.

O Grau de Centralidade confirmou Pernambuco e o Rio de Janeiro como os pólos do conflito. Embora Pernambuco apresente o maior grau de saída em termos de contagem (6 arestas), Frei Caneca detém o maior grau ponderado de saída (peso total 83), indicando que suas relações, embora menos numerosas, eram as mais persistentes e intensas do corpus, validando seu papel como motor político da rede.

Pernambuco é o epicentro do debate central (Grau Total 10), sendo o ator que mais estabelece alianças federalistas (PB, CE, BH) e hostilidades (RI, MG), e é o principal alvo de ataques por parte de João Taylor (bloqueio naval), Rio de Janeiro (acusação de desamparo) e da própria Bahia (hostilidade, Ed. 21). Rio de Janeiro (RI) é o segundo nó mais central (Grau Total 9), atuando como principal pólo de controle e oposição (5 saídas) e principal alvo da crítica federalista (4 entradas). Frei Caneca (FC) tem Grau de Saída (4) com Grau de Entrada (0), confirmando seu papel de emissor exclusivo de crítica e propaganda no periódico — nenhum ator dirige relações diretamente a ele na rede. Nós como DP1, MG, PB, CE, FP, AC, PM e AL têm Grau de Saída 0, confirmando que são, primariamente, alvos.

Figura 1: Rede Mínima do Typhis com o Módulo Federalista e o Módulo Imperial



*A Bahia na Fase 1 era vista como aliada federalista; Alagoas permaneceu neutra mesmo sendo alvo do módulo federalista; Muniz Tavares muda na Fase 2 ao módulo imperial; A Assembleia Constituinte e o Poder Moderador como instituições públicas, deveriam ser neutras, mas na prática não o eram.

Nota: Nós vermelhos = módulo federalista; nós azuis = módulo imperial. Arestas vermelhas = oposição/conflicto; azuis = aliança/cooperação; roxas = relações comunicacionais. Tamanho do nó proporcional ao grau de saída.

Fonte: *Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10*

No que se refere ao grau de centralidade de intermediação, Pernambuco ocupa a posição mais alta (0.486), seguido pelo Rio de Janeiro (0.452) e Frei Caneca (0.362), confirmando que a província se consolida como o principal nó de mediação do sistema relacional — não apenas como pólo de alianças, mas como intermediário estrutural entre os demais atores. Isso significa que mesmo que Frei Caneca tenha tido uma grande atuação discursiva, a intermediação na rede foi dominada por Pernambuco.

A distribuição da centralidade de intermediação revela uma mudança no locus da intermediação dentro da rede. Enquanto Frei Caneca ocupa uma posição central nas fases iniciais como um mediador discursivo, Pernambuco emerge, na rede agregada, como o principal intermediário. Isso sugere uma transição de uma forma de centralidade enraizada na articulação de ideias para outra fundamentada na coordenação territorial e política. Em outras palavras, à medida que o conflito evolui, a capacidade da rede de conectar atores díspares se ancora mais em bases territoriais e institucionais, e em menor grau no elemento discursivo.

A rede representada na Figura 1 apresenta baixa modularidade, indicando forte interconexão negativa entre os grupos. Isso se deve ao fato de que as arestas externas (15) superam significativamente as internas (7), mostrando que a rede é mais conectada por relações entre campos do que por laços internos. A ausência de um módulo institucional autônomo reforça essa leitura: o conflito não apenas opõe federalistas e imperialistas, mas também estrutura o próprio espaço institucional, incorporando-o à lógica de polarização. Assim, a baixa modularidade não indica difusão do antagonismo. Em outras palavras, o que sustenta em grande parte a conectividade do sistema é a intensidade das relações de oposição entre eles.

A taxa de formação de arestas revelou que a estrutura da rede se formou rapidamente nas duas primeiras fases (8 e 9 novas arestas respectivamente), quando os principais alvos foram definidos: o Poder Moderador na Fase 1 (Ed. 2) e o Morgado do Cabo e os aliados Paraíba e Bahia na Fase 2. A queda acentuada nas Fases 3 e 4, respectivamente com apenas três e duas novas arestas, indica que o conflito já estava estruturado. Além da contagem de arestas, o peso médio por fase revela uma dinâmica de consolidação precoce: as arestas formadas na Fase 1 apresentam peso médio de 16.25, quase o dobro da Fase 2 (8.44) e cinco vezes a Fase 3 (3.33). As relações estruturantes da rede — FC→P1 e FC→RI, ambas com peso 29, correspondente à totalidade das edições do corpus — foram estabelecidas com máxima intensidade nas primeiras edições, e as fases subsequentes adicionaram conexões progressivamente mais efêmeras. A exceção parcial é a Fase 4, cujas duas arestas apresentam peso médio de 5.00 — superior à Fase 3 —, refletindo a alta intensidade simbólica da confrontação final bilateral entre Pernambuco e Rio de Janeiro. Nas fases finais, o *Typhis* passou a reforçar as relações já estabelecidas — intensificando antagonismos existentes em vez de introduzir novos atores ou novos tipos de relações —, culminando na ruptura formal da Fase 4. Observa-se assim que a média do peso das arestas diminui depois da Fase 1, que por sua vez indica que as mais intensas e persistentes relações são estabelecidas no início da formação da rede.

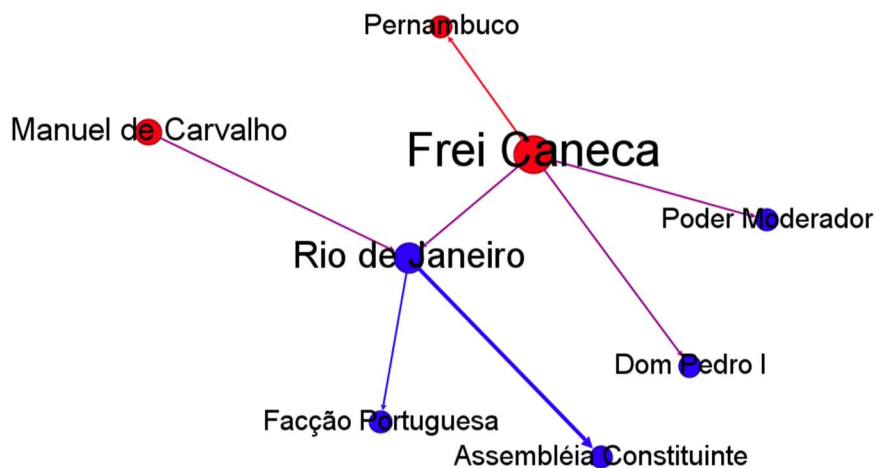
A progressão da mobilização federalista, conforme mapeada pelas edições do *Typhis* em quatro fases topológicas distintas, reflete a escalada do conflito e a rápida transformação da rede de comunicação em rede de ação. A seguir descreve-se cada fase tendo como referência o surgimento de novas arestas, conforme a seguinte progressão: a Fase 1 contém oito arestas, a Fase 2 constrói nove novas arestas, a Fase 3 cria três novas arestas, e a Fase 4 encerra o ciclo com duas novas arestas. Os grafos de cada fase representam o surgimento de novas relações e ações, não sendo representadas as arestas de forma cumulativa à medida que se avança na análise.

A. Fase 1: Observação (dezembro 1823 - janeiro 1824)

Imediatamente após a dissolução da Assembleia Constituinte, a rede de oposição em Pernambuco se manifesta como uma estrutura radial. Frei Caneca assume a função de disseminação de informações e de interpretação dos fatos e, subsequentemente, difunde informação para a network. Dessa forma, estar conectado a Frei Caneca significava receber informação. A estrutura inicial é caracterizada por relações predominantemente

unidirecionais (FC → outros atores) com baixa densidade entre os nós periféricos. Na Fase 1, FC opera como o principal intermediário da rede nascente. Na rede completa, contudo, Pernambuco e Rio de Janeiro superam FC em grau de centralidade de intermediação, refletindo a expansão geográfica do conflito nas fases seguintes.

Figura 2: Arestas Iniciais da Confederação na Fase 1



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

Especificamente na Fase 1, antes da expansão regional, FC opera como o principal intermediário da rede nascente. A métrica chave dessa fase é o alto grau de interconectividade de FC. Ele controla o fluxo de informações, sendo o único “astrolábio” confiável em meio à crise, mediando a elite política local, a população e as ideias abstratas de soberania. Essa topologia, no entanto, introduz uma vulnerabilidade crítica: a rede é altamente dependente de um único ponto.

Também nessa fase, faz-se visível o tom crítico e antagônico do nascente módulo federalista, como a Figura 2 retrata. O foco é a indignação com a dissolução da Assembleia Constituinte e a necessidade de união. Frei Caneca inicia críticas ao Imperador (DP1) ainda na Fase 1 (Ed. 4), embora de forma ainda contida. Manoel de Carvalho já se posiciona contra o Rio de Janeiro nesta fase dando início à consolidação da liderança executiva federalista.

Paralelamente, o Rio de Janeiro aparece como ator ativo desde o início: a dissolução da Assembleia Constituinte (RI→AC) e a aliança com a Facção Portuguesa (RI→FP) são registradas já nas primeiras edições, estabelecendo os termos do antagonismo que estruturam as fases seguintes.

B. Fase 2: Emergência de Comunidades e Polarização Local (janeiro - fevereiro 1824)

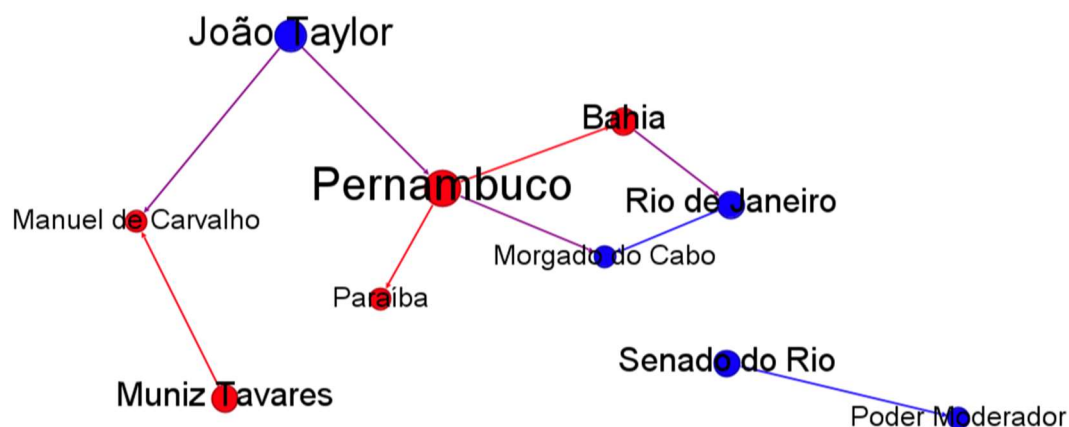
Com a consolidação da Junta de Manoel de Carvalho e a recusa em aceitar a nomeação do Morgado Paes Barreto, o foco da rede muda para a coesão interna. Apesar de continuar baixa, há um aumento da densidade intragrupo, com o desenvolvimento de laços fortes

entre os federalistas pernambucanos. O *Typhis* concentra-se em desmoralizar a oposição interna, a “facção portuguesa” e seus “apaniguados”, geradores de arestas negativas na rede.

A rede exibe uma ascensão da modularidade, dividindo-se em dois campos opostos com poucas ou nenhuma aresta de cooperação: os federalistas das províncias do Norte e os centralistas do Rio/Aliados portugueses. Dessa forma, há o início de duas comunidades, já que há vários nós e arestas dentro de dinâmicas antagônicas. Nessa fase, o módulo federalista se expande com a adesão da Paraíba, conforme a Edição 8 do *Typhis* relata.

O foco se volta para a imposição da Constituição de 1824 e o aparecimento de aliados e traidores locais. O Presidente Manoel de Carvalho consolida-se como o líder do Executivo pernambucano em oposição ao Rio de Janeiro, enquanto no campo imperial o Senado do Rio apoia servilmente o Poder Moderador (SR→PM), reforçando a centralização denunciada pelo *Typhis*. A vulnerabilidade interna do módulo federalista fica evidente com a traição de Muniz Tavares a Manoel de Carvalho (MN→MCR, Ed. 11), expondo intrigas que fragilizavam a coesão interna. Pernambuco estende simultaneamente um alerta à Bahia (P1→BH, Ed. 10) sobre a instabilidade crescente, mas a Bahia responde com inconstância, mantendo obediência ao Rio de Janeiro (BH→RI) — prefigurando a ponte que jamais se ativaria. As primeiras ameaças de João Taylor surgem já na Edição 14, tanto contra Pernambuco (JT→P) quanto contra Manoel de Carvalho diretamente (JT→MCR), sinalizando que a repressão imperial começa a visar os brokers individuais do movimento. A Figura 3 resume essa fase.

Figura 3: Novas Arestas da Confederação na Fase 2



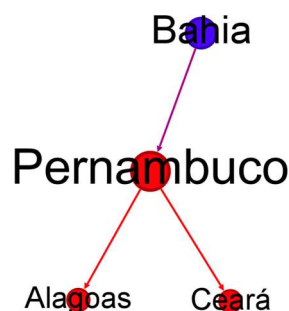
Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

C. Fase 3: Expansão Regional (fevereiro - março 1824)

A crise entre Pernambuco e Rio de Janeiro deixa de ser um evento local para se expandir geograficamente, consolidando a aliança já estabelecida com a Paraíba e criando novas pontes com o Ceará e Alagoas. Essa expansão horizontal eventualmente descentraliza a rede, transformando-a em uma estrutura mais distribuída.

A adesão das províncias vizinhas é facilitada pela homofilia política e geográfica. As províncias do Norte compartilham o ressentimento com a centralização, interesses econômicos (autonomia portuária) e uma maior adesão à cultura política republicana-federalista. A Fase 3 aprofunda a expansão regional com a adesão formal do Ceará (P1→CE, Ed. 19) e o socorro militar a Alagoas (P1→AL, Ed. 19) — única aresta envolvendo essa província em todo o corpus, ilustrando os limites concretos da expansão federalista, visto que Alagoas permanece receptor passivo sem gerar nenhuma aresta de retorno. A Bahia, que na fase anterior oscilava entre obediência ao Rio de Janeiro e simpatia federalista, assume agora postura de hostilidade explícita a Pernambuco (BH→P1, Ed. 21), confirmando o colapso da ponte inter-regional e o isolamento crescente do módulo federalista. Como consequência da maior adesão tanto do módulo federalista quanto do imperial, o antagonismo cresce na rede da Confederação como demonstra a Figura 4. O conflito militar se intensifica com o bloqueio naval de João Taylor, cuja presença já havia sido introduzida na fase anterior, atingindo seu pico em abril de 1824. O conflito, saído da retórica escrita, entra na esfera militar e econômica. A rede se expande geograficamente no nordeste do país, e o ataque direto do Império se manifesta.

Figura 4: Novas arestas da Confederação na Fase 3



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

D. Fase 4: Ruptura e Confederação (abril - julho 1824)

A rede, que começa na fase anterior criar menos arestas devido ao limite de sua expansão regional, concentra-se agora em sua confrontação final. A recusa em jurar o Projeto Constitucional em junho de 1824 e a subsequente declaração da Confederação do Equador formalizam a ruptura com o Rio de Janeiro. Nesse momento, o módulo

federalista atinge um início de ativação de novos capitais de conexão (*bonding social capital*), que denota coesão interna na formação da identidade regional local (Burke et al. 2010), supera o medo da repressão e a ameaça militar, concretizando a secessão.

Topologicamente, a Fase 4 é a mais enxuta do corpus — apenas duas arestas novas, ambas entre Pernambuco e Rio de Janeiro, com pesos idênticos (5). P1→RI formaliza a ruptura separatista, enquanto RI→P1 registra a acusação imperial de desamparo — o Rio de Janeiro inverte a retórica do 'Defensor Perpétuo' contra Pernambuco. Com a sessão declarada, todas as vozes secundárias tornam-se mais tácitas, abrindo espaço de confrontação mais direta entre Rio de Janeiro e Pernambuco. A Figura 5 representa a nova aresta pela qual se dá o confronto direto entre as duas províncias centrais da rede da Confederação.

Figura 5: Nova Aresta da Confederação Fase 4



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

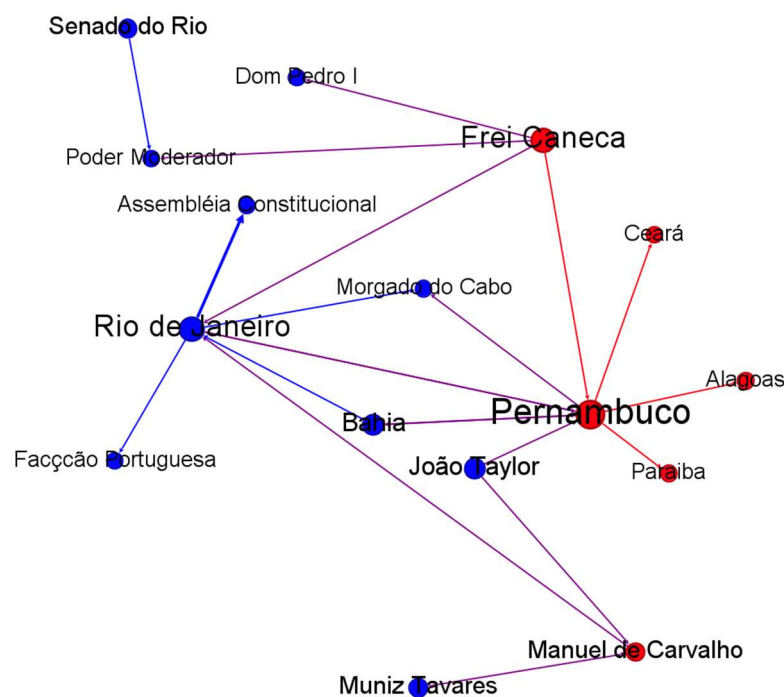
A evolução topológica da Fase 4 encontra confirmação nos eventos históricos documentados fora do corpus. Com a proclamação da Confederação em julho de 1824 em Recife, já havia conflito armado em várias províncias do Norte, mesmo com o Pará — primeira província a se unir formalmente — já controlado pela Coroa. No interior da Paraíba observa-se insurreição das vilas lideradas por Areia, culminando em conflito civil antes mesmo da formalização em outras províncias (Bezerra, 1925). Além da Paraíba, deram-se as adesões oficiais do Rio Grande do Norte, em 3 de agosto (Andrade Filho et al., 2025), e do Ceará, em 26 de agosto (Studart, 1924). O Piauí e o Maranhão nunca consolidaram adesão formal. Essa distribuição geográfica das adesões — concentrada nas províncias já mapeadas na rede e ausente nas mais distantes — é consistente com o isolamento estrutural identificado pela ARS.

Considerando essa evolução topológica, é possível sugerir que as vulnerabilidades estruturais da rede (e.g., baixo capital de conexão externa de Frei Caneca) contribuíram para o colapso final da Confederação. A incapacidade da rede de Frei Caneca de traduzir seu alto capital de ponte interno em capital de ponte externo (apoio de províncias fora do Norte) condicionou seu destino militar, tornando o movimento mais vulnerável à superioridade naval e financeira do centro imperial.

A rede ilustra, portanto, uma transição de uma crítica leal — na qual D. Pedro I é defendido contra seus ministros — para uma ruptura abertamente separatista, em que o imperador passa a ser caracterizado como déspota e traidor. Nessa fase, além da resposta militar da Coroa, o Rio de Janeiro formaliza discursivamente a acusação de que Pernambuco rompeu o pacto imperial, invertendo a retórica do “Defensor” mobilizada pelo *Typhis* nas fases anteriores.

A Figura 6 representa a rede completa na Fase 4, na qual se observa uma maior diferenciação entre os polos em conflito. Essa diferenciação sugere um aumento relativo da modularidade, embora a rede permaneça fortemente conectada por relações de oposição, indicando que a polarização se intensifica sem produzir uma separação estrutural completa entre os grupos.

Figura 6: Rede da Confederação na Fase 4



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

Esta reconstrução topológica, contudo, baseia-se exclusivamente na perspectiva federalista documentada no *Typhis*. Para avaliar sua robustez e identificar dimensões ausentes, procedemos a uma triangulação com fontes externas, apresentada na seção seguinte.

6 – Triangulação: *O Spectador Brasileiro*, o *Diário Fluminense* e Manifesto Imperial

A análise relacional baseada no *Typhis* revela a arquitetura política da Confederação do Equador, mas, por derivar de uma única fonte, exige distinguir entre fato, retórica e percepção situada. Para qualificar essa leitura, realizamos uma triangulação com três fontes de posições distintas — *O Spectador Brasileiro* (liberal moderado), *Diário Fluminense* (órgão governamental) e o Manifesto Imperial de 1824. Essa heterogeneidade permite observar como diferentes atores narraram os mesmos eventos, frequentemente produzindo realidades paralelas e omissões estratégicas que evidenciam a crescente polarização.

A triangulação confirma a estrutura relacional identificada no *Typhis*, ao mesmo tempo em que revela fragilidades pouco visíveis no discurso federalista: a ausência de pontes externas, a não ativação da Bahia como mediadora e a baixa capacidade de coordenação ampliada. Embora coesa internamente, a rede federalista mostrou-se estruturalmente vulnerável. Em contraste, o Império dispunha de recursos materiais, organizacionais e informacionais superiores, além de maior capacidade de coordenação e de construção de narrativas oficiais. Assim, o colapso da Confederação não se explica apenas pela derrota militar, mas por uma assimetria estrutural: uma rede regional coesa, porém isolada, frente a um poder imperial que dominava as conexões centrais do sistema político e informacional.

A comparação com a imprensa imperial revela não apenas divergências políticas, mas repertórios distintos: enquanto o campo centralista enfatiza unidade e autoridade, o federalista articula um constitucionalismo autonomista. O Quadro 2 sintetiza essa disputa de narrativas e evidencia a evolução do enquadramento imperial ao longo do conflito.

Quadro 2: Enquadramentos da Confederação do Equador em Quatro Fontes Contemporâneas (1823-1826)

Dimensão Analítica	Typhis Pernambucano (1823-24)	O Spectador Brasileiro (1824)	Manifesto Imperial (1824)	Diário Fluminense (1825-26)
Frame Mestre	<i>Luta pela liberdade contra a tirania</i>	<i>Crise política evitável mal gerida por ambos os lados</i>	<i>Restauração da ordem legal contra sedição criminosa</i>	Triunfo civilizatório sobre "abortão" sedicioso
Papel de D. Pedro I	Tirano pérfido (progressão: "mal aconselhado" → "déspota")	Soberano falível que cometeu erros graves	Soberano constitucional cumpridor de deveres	Monarca vitorioso, legitimado pela supressão da rebelião
Natureza da Confederação	Expressão legítima da soberania provincial	Reação compreensível, porém precipitada e lamentável	Conspiração de facciosos ambiciosos	"Corrompido espeto", "abortão", "enfermidade" curada
Motivação dos Federalistas	Patriotismo; defesa da liberdade	Insatisfação legítima canalizada inadequadamente	"Ambição de homens sem princípios que querem fazer fortuna à custa do sangue"	"Sediciosos" que "abandonaram a Pátria"

Dimensão Analítica	Typhis Pernambucano (1823-24)	O Spectador Brasileiro (1824)	Manifesto Imperial (1824)	Diário Fluminense (1825-26)
Causalidade da Crise	Absolutismo imperial; dissolução da Assembleia Constituinte	Erro político (dissolução) combinado com precipitação (secessão)	Conspiração pré-existente que apenas aguardava pretexto	[Silenciada: dissolução não é mencionada]
Repressão Imperial	Tiranía violenta; bloqueio criminoso	[Tema evitado; não discutido]	Dever constitucional de restaurar ordem	"Batalhões pacificadores"; vitória celebrada
Solução Proposta / Desfecho	Secessão e república federativa	Reforma político-constitucional dentro do Império, via mediação	Repressão militar justificada	Ordem restaurada; sedição suprimida; normalidade reconstruída

6.1 Convergências Fatuais: O Terreno Comum Mínimo

Apesar de suas divergências, as quatro fontes reconhecem um conjunto restrito, mas sólido, de fatos essenciais. Esses elementos formam o terreno comum mínimo que sustenta e valida empiricamente a reconstrução relacional derivada do *Typhis*. A dissolução da Assembleia Constituinte de novembro de 1823 é reconhecida por todas as fontes, embora cada uma a interprete de maneira distinta: o *Typhis* a descreve como golpe autoritário; *O Spectador* a considera um erro grave; o Manifesto a minimiza; e o *Diário Fluminense*, em retrospecto, simplesmente a omite. Mesmo assim, todas as narrativas convergem ao admitir que o episódio desencadeou a crise de legitimidade que marcou os anos seguintes.

Da mesma forma, a proclamação da Confederação do Equador aparece em todas as fontes, embora descrita ora como ato heroico (*Typhis*), ora como fato lamentável (*Spectador*), ora como crime político (Manifesto e *Diário*). A recusa de Pernambuco e das províncias aliadas em jurar a Constituição de 1824 também é reconhecida em todas as narrativas, apesar das diferenças quanto à sua legitimidade.

A expansão do módulo federalista para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas é especialmente relevante, pois, além de aparecer no *Typhis*, surge confirmada no *Spectador*, o que demonstra que esses movimentos eram efetivamente percebidos no Rio de Janeiro. O *Diário Fluminense* se silencia sobre essas adesões, e esse silêncio — longe de indicar irrelevância — confirma a importância estrutural da expansão federalista e a intenção governamental de minimizar sua escala.

Essas convergências, ainda que poucas, validam empiricamente a existência e a dinâmica geográfica da rede da Confederação, demonstrando que a narrativa do *Typhis* não era apenas retórica militante, mas tradução de fenômenos amplamente perceptíveis no sistema político imperial.

6.2 Divergências de Enquadramento: Quatro Realidades Políticas Paralelas

A triangulação evidencia que as quatro fontes não apenas divergem em suas opiniões, mas constroem realidades políticas distintas, cada uma organizada por um enquadramento interpretativo próprio. O *Typhis* projeta a crise como luta entre liberdade e tirania, atribuindo a D. Pedro I o papel de déspota e defendendo a Confederação como expressão legítima da soberania provincial. Já o *Spectador* descreve uma crise política evitável, na qual a dissolução da Constituinte representa um erro grave, mas a secessão das províncias do Norte foi considerada como um movimento precipitado. Para o Manifesto Imperial, os federalistas formavam uma conspiração criminosa, e a repressão constituía cumprimento de um dever constitucional. O *Diário Fluminense*, escrito após a derrota da Confederação, abandona o tom defensivo e adota narrativa celebratória, reduzindo a Confederação a um “abortão” e sua repressão à prova de força e legitimidade imperial.

Essa comparação revela dois processos simultâneos. O primeiro é a polarização discursiva simétrica: se o *Typhis* demoniza o Imperador, o Manifesto e o *Diário Fluminense* demonizam os federalistas, produzindo gramáticas morais totalmente incompatíveis. O segundo é a transformação temporal do enquadramento imperial. O Manifesto, redigido quando o desfecho ainda era incerto, busca justificar a repressão perante observadores estrangeiros; o *Diário Fluminense*, ao contrário, já escreve desde a posição de vitória militar consolidada, celebrando o resultado e apagando as incertezas do processo.

6.3 Atores, Relações e Silêncios Estratégicos

A triangulação permite identificar três categorias de atores na reconstrução relacional. A primeira categoria reúne atores validados por múltiplas fontes. Pernambuco aparece invariavelmente como epicentro da mobilização, e D. Pedro I como figura central, ainda que representado de maneira positiva ou negativa conforme a fonte. As adesões do Ceará e da Paraíba, descritas pelo *Typhis*, são confirmadas pelo *Spectador* de forma neutra, indicando que efetivamente eram percebidas na capital imperial. O silêncio do Manifesto e do *Diário* sobre essas adesões revela, paradoxalmente, sua importância: o governo tinha interesse explícito em reduzir a percepção pública da extensão do movimento.

A segunda categoria envolve atores revelados apenas pelas fontes externas. A Bahia emerge no *Spectador* como mediadora potencial entre Rio e Pernambuco — papel ausente no *Typhis* e ignorado nas fontes imperiais. As representações diplomáticas, alvo do Manifesto, indicam que o Império temia algum grau de reconhecimento externo da Confederação, dimensão ausente no discurso federalista. Já as correspondências da Guerra e da Marinha no *Diário Fluminense* revelam a estrutura burocrática da repressão, incluindo coordenação militar, coleta de listas de sediciosos e uso sistemático de prisões.

Por último, há silêncios estratégicos. O Manifesto e o *Diário* omitem a extensão da adesão provincial ao federalismo; o *Diário* apaga a dissolução da Constituinte; o *Spectador* evita mencionar lideranças polarizadoras como Frei Caneca. Essas omissões mostram o que cada ator político julgava perigoso ou inconveniente divulgar, e constituem elementos essenciais para compreender o funcionamento da rede de informação e desinformação no interior do Império.

6.4 Bahia: A Conexão que Não se Formou

Entre os achados da triangulação, destaca-se a posição da Bahia como potencial ponte entre o bloco federalista e o centro imperial. O *Spectador* a apresenta como a única província capaz de mediar o conflito, devido à sua posição geográfica, importância econômica e vínculos com ambos os polos. O *Typhis*, por sua vez, não a vê como mediadora, mas como possível aliada militar, enquanto o *Manifesto* e o *Diário* ignoram o seu papel. Do ponto de vista da análise de redes, essa ausência de *capital de ponte* (*bridging capital*) — que poderia ter sido exercido pela Bahia — ampliou o isolamento do bloco federalista, caracterizado por forte coesão interna, mas baixa capacidade de articulação externa.

A inexistência dessa ponte pode ser explicada por três fatores. Primeiro, a rápida polarização da crise, intensificada pela militarização, reduziu o espaço para mediação. Segundo, a lógica discursiva do *Typhis*, que enquadrava o conflito como uma oposição entre liberdade e tirania, limitava o espaço para negociações — não necessariamente por decisão estratégica consciente, mas como efeito do próprio enquadramento adotado. Por fim, nenhuma liderança baiana assumiu o papel de mediadora, mantendo latente uma possibilidade estrutural que nunca se concretizou.

No início do século XIX, a Bahia consolidou-se como eixo de articulação entre a Corte no Rio de Janeiro e as províncias do Norte (Prado, 1945), funcionando tanto como via de circulação de ideias liberais quanto como sustentáculo da ordem imperial (da Silva, 2016). Essa posição ambígua resultava de fatores estruturais, particularmente, sua centralidade territorial como ponto de conexão com o Norte (Silva de Souza, 2008), o peso da ordem escravocrata para suas elites (Fraga, 2020) e a lealdade ao Império como garantia de estabilidade social (Kraay, 2001). Ao mesmo tempo, a província estava longe de ser homogênea, sendo marcada por disputas internas entre grupos com diferentes graus de alinhamento ao centro imperial.

Nesse contexto, a ausência de articulação entre o módulo federalista pernambucano e a elite baiana não pode ser atribuída a um único fator. De um lado, o enquadramento binário do *Typhis* restringia o espaço para as ambiguidades e negociações típicas da política baiana. De outro, os interesses das elites de Salvador — voltados à preservação da ordem escravocrata e à estabilidade — tornavam improvável o apoio a um movimento autonomista. A ausência de mediação, assim, resulta da convergência de fatores estruturais que tornaram essa ponte politicamente inviável para ambos os lados.

6.5 A Repressão Sistemática Documentada

As correspondências oficiais publicadas no *Diário Fluminense* em 1825 revelam uma dimensão da repressão que não aparece no *Typhis* e é minimizada nas fontes moderadas: a existência de uma estratégia burocrática coordenada de desarticulação. Os relatórios mencionam listas de sediciosos, organização de processos de julgamento e prisão, bem como a coordenação naval do bloqueio comandado por Cochrane. Essas informações

permitem entender que a repressão imperial não foi improvisada, mas planejada para atacar pontos nodais da rede da Confederação.

A eliminação de articuladores regionais no Ceará, as deportações de lideranças secundárias e a supressão de jornais aliados demonstram que a Coroa visou deliberadamente a destruição das conexões que sustentavam a Confederação. O módulo federalista, fragilizado por sua dependência de poucos líderes e pela ausência de pontes externas, mostrou-se incapaz de resistir à pressão coordenada da repressão imperial.

6.6 Implicações da Triangulação para a Análise Relacional

A triangulação com quatro fontes contemporâneas sustenta uma conclusão central: o módulo federalista constituía uma rede estruturalmente isolada diante de um adversário organizacionalmente superior. Essa interpretação apoia-se em quatro evidências complementares. Primeiro, as relações e antagonismos identificados no *Typhis* — como a solidariedade entre as províncias do Norte e os conflitos com o centro imperial — são corroborados por fontes externas, reforçando a validade da reconstrução relacional. Segundo, a triangulação evidencia fragilidades pouco visíveis no próprio discurso federalista, como a ausência de pontes externas, a não ativação da Bahia como mediadora, a dependência de poucos brokers e a baixa redundância estrutural. Terceiro, a polarização do período revela-se não apenas discursiva, mas também topológica: pontes foram inexistentes ou desfeitas, o centro moderado foi marginalizado e o conflito passou a operar como realidades paralelas regidas por lógicas incompatíveis, inviabilizando a negociação. Por último, a comparação com a retórica imperial explicita a assimetria decisiva. De um lado, um movimento regional coeso, porém limitado em alcance; de outro, um Estado dotado de redes diplomáticas, aparato burocrático e maior capacidade de coordenação. Essa assimetria não apenas explica a derrota militar, mas ajuda a compreender as condições estruturais que moldaram o conflito desde o início.

7 - Limitações

A rede construída no artigo é uma *ego-network ampliada*, centrada em Frei Caneca, na qual apenas as relações por ele percebidas e mobilizadas são registradas. Disso decorrem três vieses: (i) de seleção, pois vínculos considerados irrelevantes ou não visíveis — especialmente os informais — permanecem ausentes; (ii) de visibilidade, que produz maior densidade no campo federalista do que no imperial; e (iii) de enquadramento, já que a intensidade e valência das relações refletem estratégias retóricas, não medidas objetivas.

Esses vieses aparecem claramente no tratamento que Frei Caneca dá a províncias como o Pará e o Rio Grande do Norte. Devido ao faccionalismo interno, estas regiões figuram de forma periférica no *Typhis*, que tende a não explorar as disputas intestinas de cada localidade. É relevante notar que, embora o Pará tenha sido a primeira província a declarar adesão formal à Confederação, em 28 de abril de 1824, sua presença nas páginas do

periódico é intermitente, destino compartilhado pelo Rio Grande do Norte (Andrade Filho et al., 2025). Tal fenômeno, provavelmente, não decorre de um desinteresse de Frei Caneca, mas das vulnerabilidades logísticas e políticas da 'rede do Norte': o isolamento geográfico dificultava a sincronia das comunicações, enquanto o rápido recuo dessas províncias frente às pressões das elites locais — mais propensas ao 'pacto imperial' em troca de estabilidade — resultou no silenciamento precoce desses nós na estrutura de resistência.

Como fonte engajada, o *Typhis* expressa exclusivamente o ponto de vista federalista, mencionando o campo imperial apenas quando visível ou relevante para crítica. Isso gera uma rede assimétrica, com alta resolução no módulo federalista e baixa resolução no imperial, além de privilegiar laços formais e políticos em detrimento de conexões informais — como parentesco, amizade e compadrio — que também estruturavam alianças. Nesse contexto, é fundamental distinguir entre as relações descritas e as efetivamente existentes.

Além desses vieses, a rede apresenta uma topologia incompleta: atores fora da agenda do *Typhis*, províncias periféricas (Piauí, Sergipe) e negociações reservadas permanecem fora do alcance analítico. Em termos operacionais, a rede mínima captura com precisão as relações públicas do conflito — alianças, hostilidades e mobilizações —, mas não os vínculos que operavam fora do discurso, como acordos econômicos, laços de parentesco e articulações informais. Essas dimensões correspondem ao que Padgett e Ansell (1993) definem como *robust action*, isto é, a capacidade de atuar em múltiplas redes sem exposição direta.

No caso da Confederação do Equador, essa ausência é analiticamente reveladora, visto que sugere um movimento predominantemente público e explícito, o que ajuda a explicar tanto sua força retórica quanto sua vulnerabilidade estratégica, dada a baixa redundância de conexões não visíveis. Essas limitações não invalidam a análise — são inerentes às *ego-networks* (Borgatti et al., 2018) —, mas delimitam seu escopo. Ao mapear o universo relacional tal como construído por Frei Caneca, a ARS revela não apenas a estrutura da rede federalista, mas os mecanismos de sua produção e mobilização via imprensa. A triangulação com fontes externas (Seção 6) qualifica e amplia essa perspectiva, confirmando estruturas centrais e evidenciando dimensões ausentes. Trata-se, portanto, de uma rede parcial, situada e intencionalmente delimitada (Ginzburg, 1990; Wasserman; Faust, 1994).

8 - Conclusão

O *Typhis* ocupa posição singular por atuar como instrumento e registro da dinâmica relacional analisada. O periódico construiu conexões, mobilizou identidades e coordenou ações, intensificando a polarização. A Confederação do Equador emerge, assim, como

expressão de um *constitucionalismo autonomista*, marcado por redes coesas com bases locais e baixa integração com o centro imperial.

A análise topológica do contexto histórico revela que confrontos entre diferentes culturas políticas são processos concretos de construção e reconfiguração de laços, com consequências à distribuição de poder e à criação de eventos históricos. A dissolução da Assembleia Constituinte destruiu pontes institucionais; a imposição do Morgado ativou cliques de oposição; o bloqueio naval regionalizou o conflito; e a proclamação da Confederação formalizou ruptura topológica total.

O fracasso militar da Confederação não invalida a capacidade dos federalistas de, em poucos meses, construir uma rede de mobilização capaz de desafiar o poder imperial. A rápida transformação — de oposição difusa a confederação armada — demonstra tanto a fragilidade da integração imperial quanto a eficácia dessas estratégias, mas também expõe sua vulnerabilidade diante de um adversário mais integrado. Ao mapear essa dinâmica, o artigo evidencia que a articulação entre formas discursivas e estruturas relacionais é central para compreender os limites e possibilidades de projetos políticos em contextos de formação estatal.

O papel de Frei Caneca como *broker* foi crucial para articular grupos díspares e traduzir ideias em ação, consolidando o capital de conexão (*bonding social capital*) do módulo federalista por meio da difusão de uma cultura política e da formação de uma comunidade de linguagem (Pocock, 2013). No entanto, a dificuldade da rede de gerar laços externos ou recursos, combinada à crescente radicalização do discurso à medida que a repressão imperial se intensificava, resultou no isolamento geográfico do movimento e na vulnerabilidade militar à repressão coordenada e superioridade de recursos do Rio de Janeiro. Dessa forma, pode-se concluir que as vulnerabilidades estruturais da rede, combinadas à escassez de recursos, contribuíram para condicionar o colapso final do movimento — sem que isso implique determinismo estrutural, dado que fatores militares, econômicos e logísticos operaram de forma autônoma e simultânea.

A proclamação da Confederação do Equador revela que o federalismo no Primeiro Reinado se consolidou como força social, manifestando-se de forma violenta em reação ao centralismo autoritário. Esse processo corrobora o papel das elites regionais na sustentação do “pacto imperial”, base das dinâmicas federativas no Brasil (Dolhnikoff, 2005). Apesar da derrota militar e do isolamento, o movimento de 1824 contribuiu para consolidar um ideário republicano e federativo que continuaria a influenciar revoltas nas décadas seguintes.

Esse processo de construção nacional não se deu apenas na dimensão da cultura política. A utilização da força pelo Rio de Janeiro (bloqueio, tropas, perseguição dos *brokers*) para impor a unidade valida a ideia de que a coesão nacional pós-1822 foi construída pela violência centralista, e não pela adesão consensual. Nesse contexto, o *Typhis* foi o veículo que permitiu a Frei Caneca fixar uma narrativa de resistência através da qual seria forjado o imaginário de um Brasil republicano e federal, ideias que seriam debatidas por séculos. Sendo assim, o periódico não registrou passivamente a Confederação do Equador — ele

a performou. E, ao fazê-lo, inscreveu na linguagem política brasileira um repertório constitucional autonomista que, derrotado em 1824, continuaria a desafiar o projeto centralista do Estado imperial.

Como agenda futura, o artigo deixa em aberto questões importantes. Destaca-se a necessidade de analisar as redes imperiais, permitindo uma comparação mais equilibrada com o módulo federalista. Além disso, estudos comparativos com outras revoltas, como a Revolução Farroupilha (1835-45), podem revelar padrões na organização e evolução das redes políticas. Investigações sobre a dimensão interprovincial e o papel de atores menos visíveis podem aprofundar a compreensão das condições sob as quais redes regionais conseguem ou não se transformar em coalizões nacionais duradouras.

O que o módulo federalista pernambucano revela, portanto, não é um caso isolado. Para além do Brasil, os resultados sugerem uma proposição analítica mais ampla: movimentos políticos que alcançam alta coesão interna sem desenvolver pontes externas tendem a ser estruturalmente propensos ao fracasso quando enfrentam adversários mais conectados. A coesão, embora essencial para a mobilização, pode se tornar uma limitação quando reforça o isolamento modular e restringe o acesso a recursos, informação e potenciais aliados. Essa tensão entre densidade interna e conectividade externa aparece como um traço recorrente na política contenciosa e destaca a importância de examinar não apenas a força dos vínculos internos aos movimentos, mas também sua posição em sistemas relacionais mais amplos.

BIBLIOGRAFIA

Referências Primárias

- Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira:

O Spectador Brasileiro (Rio de Janeiro) – nº 15, 31 e 241.

Diário Fluminense (Rio de Janeiro) – nº 5, 6 e 7.

- Senado Federal:

O Typhis Pernambucano (Recife) – nº 1-29.

Referências Não-Primárias

ANDRADE FILHO, Dario Alberto de; DANTAS FILHO, José; CALIXTO, Vinícius Machado. *200 anos da Confederação do Equador: a difusão do movimento para as províncias do Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2025. (Texto para Discussão nº 344).

- BEARMAN, Peter. *Relations into rhetorics: local elite social structure in Norfolk, England, 1540–1640*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1993.
- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820–1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.
- BEZERRA, Alcides. *A Parahyba na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1925.
- BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; JOHNSON, Jeffrey C. *Analyzing social networks*. London: SAGE, 2018.
- BURKE, Moira; MARLOW, Cameron; LENTO, Marilyn. Social network activity and social well-being. In: *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. New York: ACM, 2010. p. 1909–1912. DOI: 10.1145/1753326.1753613.
- CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 153–166, 2011.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817–1824. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, 1998. DOI: 10.1590/S0102-01881998000200014.
- CARVALHO, Pedro Henrique Duarte Figueira. “Aonde não se discute, não há governo”: o conflito impresso de 1826 e os obstáculos à formação de uma opinião pública na Corte. In: SCHECHNER, Caio Rodrigues et al. (org.). *História através da história*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. v. 2, p. 331–344.
- CHACON, Vamireh. *O Typhis Pernambucano*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- CHAVES JR., José Inaldo. “As partes do Norte”: império e identidades locais em relatos da natureza de Pernambuco e Paraíba (1790–1817). *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 26, e2019007, 2019. DOI: 10.22456/1983-201X.83564.
- DECKER, Stephanie; NIX, Alexander; SHEN, G. Minding the gaps: triangulation strategies for colonial and postcolonial archives. *Business History*, p. 1–25, 2025. DOI: 10.1080/00076791.2025.2598410.
- DENZIN, Norman K. Triangulation: a case for methodological evaluation and combination. *Sociological Methods*, p. 339–357, 1978.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network analysis, culture, and the problem of agency. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 6, p. 1411–1454, 1994.

- ERIKSON, Emily. Formalist and relationalist theory in social network analysis. *Sociological Theory*, v. 31, n. 3, p. 219–242, 2013.
- FRAGA, Walter F. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888–1893. *Revista Nordestina de História do Brasil*, v. 2, n. 4, p. 221–241, 2020.
- FONSECA, Silvia Cristina Pimentel Barros. A linguagem republicana em Pernambuco (1824–1835). *Varia Historia*, v. 27, n. 45, p. 47–73, 2011.
- FONSECA, Silvia Cristina Pimentel Barros. História e memória: os relatos da Confederação do Equador (1824–1924). *Revista Maracanan*, v. 3, n. 3, p. 31–56, 2014.
- GINZBURG, Carlo. Clues: roots of an evidential paradigm. In: GINZBURG, Carlo (ed.). *Clues, myths, and the historical method*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990. p. 96–125.
- GOULD, Roger V. Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871. In: MCADAM, Doug; SNOW, David A. (ed.). *Social movements*. Los Angeles: Roxbury, 1997.
- KRAAY, Hendrik. Definindo nação e Estado: rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823–1850). *Topoi*, v. 2, n. 3, p. 63–90, 2001.
- LEMERCIER, Claire. Formal network methods in history: why and how? In: FERTIG, Georg (ed.). *Social networks, political institutions, and rural societies*. Turnhout: Brepols, 2015. p. 281–310.
- LESKOVEC, Jure; HUTTENLOCHER, Daniel; KLEINBERG, Jon. Signed networks in social media. In: *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. New York: ACM, 2010. p. 1361–1370.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821–1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MISCHE, Ann. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MOODY, James; MCFARLAND, Daniel; BENDER-DE MOLL, Skye. Dynamic network visualization. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 4, p. 1206–1241, 2005.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23–43.
- PADGETT, John F.; ANSELL, Christopher K. Robust action and the rise of the Medici. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 6, p. 1259–1319, 1993.

PADGETT, John F.; POWELL, Walter W. *The emergence of organizations and markets*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530–1626)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.

RAMIRES, Mário. Tipografias e tipógrafos em Pernambuco, 1815–1824. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 35, 2017.

ROLLINGER, Christian. Social network analysis and ancient history. In: ROLLINGER, Christian (ed.). *Classical antiquity in video games*. London: Bloomsbury, 2020. p. 1–18.

SCOTT, John. *Social network analysis*. 4. ed. London: SAGE, 2017.

SILVA, D. A. da. O 13 de abril de 1831: a Bahia de Cipriano Barata e o Brasil de D. Pedro I no final do primeiro reinado. *Análise Social*, v. 51, n. 218, p. 146–168, 2016.

SILVA DE SOUZA, M. A. A Bahia na crise política do Antigo Regime. *Revista de História*, n. 159, p. 135–166, 2008.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197–217, 1988.

STARK, David; VEDRES, Balázs. Social times of network spaces. *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 5, p. 1367–1411, 2006.

STUDART, Guilherme Chambly (Barão de Studart). O movimento republicano de 1824 no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, v. 38, p. 13–30, 1924.

TARROW, Sidney. *Power in movement*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.

TILLY, Charles. Mechanisms in political processes. *Annual Review of Political Science*, v. 4, p. 21–41, 2001.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VERBRUGGE, Lois M. Multiplexity in adult friendships. *Social Forces*, v. 57, n. 4, p. 1286–1309, 1979.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ANEXO I: Glossário de Conceitos de Teoria de Redes

1. **Ativação de arestas**
Refere-se ao momento em que uma potencial conexão (aresta latente) se torna uma conexão efetiva, iniciando a troca de recursos, informação ou influência entre dois nós.
2. **Broker**
Ator que ocupa uma posição estratégica na rede, conectando grupos ou indivíduos que, de outra forma, não estariam ligados. Exerce controle sobre o fluxo de recursos ou informação, frequentemente associado a alta **betweenness centrality**.
3. **Capital de conexão** (*bonding capital*)
Forma de capital social baseada em laços fortes, densos e duradouros entre membros de um mesmo grupo, promovendo coesão, confiança e apoio mútuo.
4. **Capital de ponte** (*bridging capital*)
Forma de capital social derivada de laços fracos que conectam grupos diferentes, proporcionando acesso a informações, recursos e oportunidades novas e diversas.
5. **Capital social**
Recurso embutido na estrutura de relações de uma rede, que permite aos atores obter benefícios por meio de acesso à informação, influência e solidariedade.
6. **Cascata de informação**
Fenômeno no qual a adoção de um comportamento, crença ou informação por parte de alguns nós desencadeia sua adoção sucessiva por outros na rede, frequentemente modelado por processos de contágio ou difusão.
7. **Estrutura policêntrica**
Topologia de rede caracterizada por múltiplos centros ou núcleos de influência (nós centrais), em vez de um único hub dominante, conferindo resiliência e governança distribuída.
8. **Geradores de arestas**
Mecanismos ou regras (ex.: homofilia, proximidade geográfica, atividades compartilhadas) que explicam por que certas arestas se formam na rede, frequentemente modelados em **modelos de formação de redes**.
9. **Grau de centralidade** (*degree centrality*)
Medida de centralidade que conta o número de conexões diretas que um nó possui. Indica popularidade ou atividade local na rede.
10. **Grau de entrada** (*in-degree*)
Número de conexões direcionadas que chegam a um nó. Em redes de fluxo (ex.: citações, seguidores), indica popularidade ou prestígio.
11. **Grau de interconectividade** (*betweenness centrality*)
Mede a frequência com que um nó aparece nos caminhos mais curtos entre outros pares de nós. Identifica **brokers** ou pontos de controle do fluxo de informação.

12. **Grau de saída** (*out-degree*)
Número de conexões direcionadas que partem de um nó. Indica influência ativa ou alcance em redes de difusão.
13. **Homofilia**
Princípio de que "semelhante atrai semelhante". Tendência de nós com atributos similares (ex.: idade, opinião, status) se conectarem com maior probabilidade.
14. **Módulo** (ou *Comunidade*)
Subconjunto de nós dentro de uma rede que são significativamente mais densamente conectados entre si do que com o resto da rede. A detecção de módulos é central para a análise da **modularidade de rede**.
15. **Modularidade de rede** (*network modularity*)
Medida da força da divisão de uma rede em **módulos** ou **comunidades** (grupos densamente conectados internamente e esparsamente conectados entre si). Valores altos indicam estrutura comunitária bem definida.
16. **Nós** (*nodes*)
As unidades fundamentais ou atores individuais dentro de uma rede. Podem representar pessoas, organizações, países, conceitos ou quaisquer entidades que se relacionam. A coleção de nós e suas conexões (arestas) define a topologia da rede.
17. **Pontes** (*bridges*)
Arestas que conectam dois **módulos** ou comunidades distintas dentro de uma rede. Sua remoção aumentaria significativamente a distância ou isolamento entre os grupos. São estruturalmente cruciais para o **capital de ponte (bridging capital)** e para a integração da rede.
18. **Taxa de formação de arestas** (*rate of edge formation*)
Velocidade ou frequência com que novas conexões são estabelecidas na rede por unidade de tempo. Parâmetro-chave em **modelos de redes dinâmicas** ou evolutivas.

ANEXO II: Cálculos das Métricas

Foram aplicadas quatro métricas:

1. Grau de Centralidade (Degree Centrality): Mede o número total de conexões diretas de um nó. Para redes direcionadas, separa-se: (1) *grau de saída (out-degree)* — influência emitida (ex.: Frei Caneca criticando o Imperador); (2) *grau de entrada (in-degree)* — vulnerabilidade/foco recebido (ex.: Pernambuco alvo do bloqueio naval). O *grau ponderado (weighted degree)* soma os pesos das arestas (persistência temporal da relação), distinguindo conexões esporádicas de persistentes.

2. Centralidade de Intermediação (Betweenness Centrality): Mede o quanto um nó atua como intermediário, calculado pelo número de caminhos mínimos entre pares de nós que passam por ele. Indicador de coordenação e controle do fluxo relacional. No *Typhis*, Pernambuco apresenta maior betweenness (0,486) que Frei Caneca (0,362), indicando que a mediação estrutural se desloca do discurso para o território.

3. Modularidade: Quantifica a divisão da rede em comunidades. A rede foi separada em dois módulos — Federalista e Imperialista — calculando-se a proporção de arestas internas versus arestas que cruzam módulos.

4. Taxa de Formação de Arestas (Rate of Edge Formation): Mede a velocidade de criação de novas interações ao longo das quatro fases cronológicas, dividindo o número de arestas únicas surgidas em cada fase pelo número de fases.

1. Grau de Centralidade e Intermediação

O Grau de Centralidade mede o número de conexões de cada ator (nó). Como se trata de uma rede direcionada (quem influencia quem), calculamos o grau de saída (*out-degree* - influência exercida) e o grau de entrada (*in-degree* - influência recebida).

Tabela II-1 — Grau de Centralidade (Degree Centrality)

Nó (ID)	Label	Saída (Out)	Entrada (In)	Grau Total	Out Ponderado
P1	Pernambuco	6	4	10	41
RI	Rio de Janeiro (Corte)	5	4	9	49
FC	Frei Caneca	4	0	4	83
MCR	Manoel de Carvalho	1	2	3	18
BH	Bahia	2	1	3	8
PM	Poder Moderador	0	2	2	0
JT	João Taylor	2	0	2	15
MG	Morgado do Cabo	0	2	2	0
AC	Assembleia Constituinte	0	2	2	0
CE	Ceará	0	1	1	0
PB	Paraíba do Norte	0	1	1	0
AL	Alagoas	0	1	1	0
MN	Muniz Tavares	1	0	1	4

SR	Senado do Rio	1	0	1	8
DP1	D. Pedro I	0	1	1	0
FP	Facção Portuguesa	0	1	1	0

Nota: Out Ponderado = soma dos pesos de todas as arestas de saída do nó. Peso = persistência temporal da relação ao longo das 29 edições.

Tabela II-2 — Centralidade de Intermediação

Nó (ID)	Label	Betweenness	Normalizado
P1	Pernambuco	102.00	0.486
RI	Rio de Janeiro (Corte)	95.00	0.452
FC	Frei Caneca	76.00	0.362
MCR	Manoel de Carvalho	31.00	0.148
PM	Poder Moderador	28.00	0.133
JT	João Taylor	8.00	0.038
BH	Bahia	0.00	0.000
MG	Morgado do Cabo	0.00	0.000
DP1	D. Pedro I	0.00	0.000
MN	Muniz Tavares	0.00	0.000
SR	Senado do Rio	0.00	0.000
PB	Paraíba do Norte	0.00	0.000
CE	Ceará	0.00	0.000
FP	Facção Portuguesa	0.00	0.000
AC	Assembleia Constituinte	0.00	0.000
AL	Alagoas	0.00	0.000

Nota: Betweenness normalizado = $B / [(N-1)(N-2)]$ onde $N=16$. Onze nós apresentam betweenness zero, indicando isolamento estrutural.

2. Modularidade

A modularidade mede o grau em que a rede se divide em módulos (comunidades) que possuem conexões internas mais densas do que externas.

Para calcular e interpretar a modularidade, primeiro definimos os dois grandes módulos políticos:

1. **Módulo Federalista (M1):** P1, FC, MCR, PB, CE, BH
2. **Módulo Imperial (M2):** RI, DP1, FP, MG, JT, MN, SR
3. **Módulo Institucional (M3):** AC, PM, AL (Alagoas é isolada, mas ideologicamente alvo).

Tabela II-3 — Arestas por Tipo

Tipo de Aresta	Contagem
Arestas Internas (M1 → M1)	5: FC→P1, P1→PB, P1→CE, P1→BH, BH→P1
Arestas Internas (M2 → M2)	2: RI→MG, RI→FP

Arestas Externas (M1 ↔ M2)	15 (FC→RI, FC→DP1, FC→PM, JT→P1, JT→MCR, P1→RI, P1→MG, P1→AL, MCR→RI, MN→MCR, SR→PM, BH→RI, RI→AC (×2), RI→P1)
Total de Arestas	22

3. Taxa de Formação de Arestas

Esta métrica mede a velocidade com que novas interações únicas surgiram ao longo das quatro fases da revista, demonstrando a evolução dinâmica do conflito.

Tabela II-4 — Taxa de Formação de Arestas

Fase (Edições)	Período Temporal	Novas Arestas	Peso Total	Peso Médio	Taxa (Arestas/Fase)
Fase 1 (Ed. 1-6)	Alerta e Análise	8	130	16.25	8.0
Fase 2 (Ed. 7-15)	Crítica Aberta e Consolidação	9	76	8.44	9.0
Fase 3 (Ed. 16-24)	Escalada e Hostilidade	3	10	3.33	3.0
Fase 4 (Ed. 25-29)	Ruptura e Chamado Final	2	10	5.00	2.0
Total	29 Edições	22	226	—	Média: 5.5

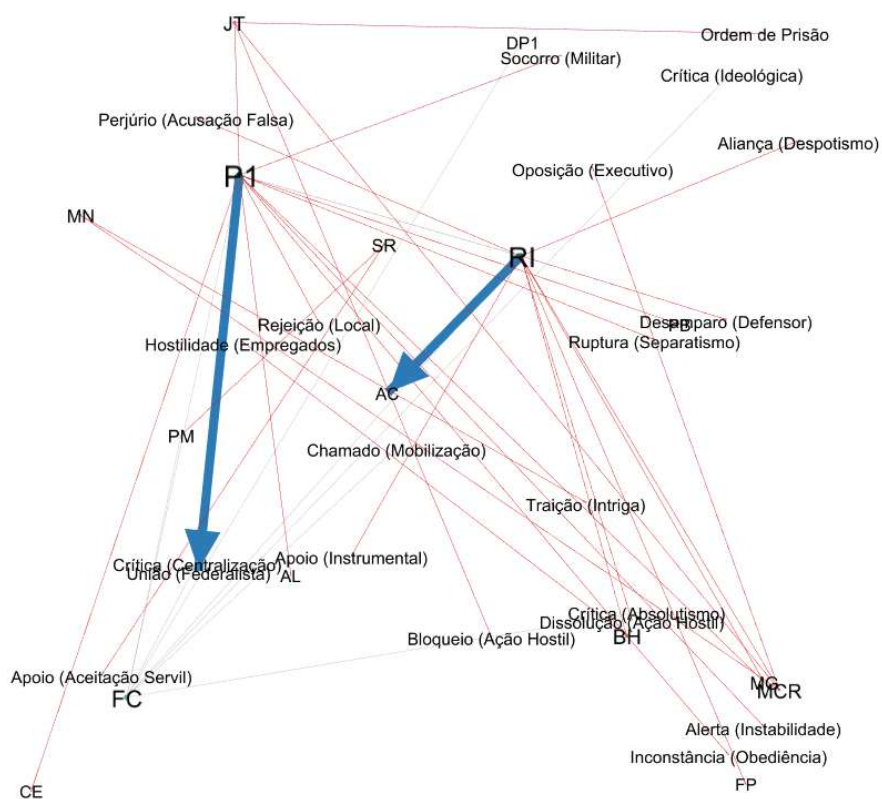
ANEXO III: Informações da Rede Inicial (Não-Mínima)

Tabela III-1 — Nós e Arestas da Rede Não-Mínima

Nós	Saída (out-degree)	Entrada (in-degree)	Peso total de saída	Peso total de entrada
AC	0	1	0	2
Dissolução (Ação Hostil)	0	1	0	1
FC	7	0	7	0
RI	9	6	13	5
Crítica (Centralização)	0	1	0	1
P1	8	3	11	3
Chamado (Mobilização)	0	1	0	1
PM	0	2	0	2
Crítica (Ideológica)	0	1	0	1
DP1	0	1	0	1
Crítica (Absolutismo)	0	1	0	1
MCR	2	3	2	3
Oposição (Executivo)	0	1	0	1
MG	0	2	0	2
Rejeição (Local)	0	1	0	1
Apoio (Instrumental)	0	1	0	1
JT	3	0	3	0
Bloqueio (Ação Hostil)	0	1	0	1
Perjúrio (Acusação Falsa)	0	1	0	1
SR	2	0	2	0
Apoio (Aceitação Servil)	0	1	0	1
MN	2	0	2	0
Traição (Intriga)	0	1	0	1
PB	0	1	0	1
União (Federalista)	0	1	0	2

CE	0	1	0	1
BH	2	2	2	2
Alerta (Instabilidade)	0	1	0	1
Inconstância (Obediência)	0	1	0	1
FP	0	1	0	1
Aliança (Despotismo)	0	1	0	1
Ordem de Prisão	0	1	0	1
AL	0	1	0	1
Socorro (Militar)	0	1	0	1
Hostilidade (Empregados)	0	1	0	1
Desamparo (Defensor)	0	1	0	1
Ruptura (Separatismo)	0	1	0	1

Figura III-1 — Grafo da Rede da Confederação com 37 nós e 42 arestas



Fonte: Elaboração própria com o uso da ferramenta Gephi 0.10

ANEXO IV: Análise Lexical

Os dados deste anexo derivam de uma análise léxica automatizada do corpus integral do *Typhis Pernambucano*, realizada com o software Voyant Tools. A extração de frequências e padrões de colocação permitiu validar a Análise de Redes Sociais (ARS), ancorando a construção da rede em evidências empíricas sobre a centralidade de conceitos. Dessa forma, a frequência dos termos funciona como indicador da intensidade das conexões ideacionais e políticas que sustentaram a mobilização liderada por Frei Caneca entre 1823 e 1824.

Tabela IV-1 — Frequência de Termos Políticos

Radical Conceitual	Contagem	Relativo	Pontuação Z	Tendência
Const*	442	5,633	6.347	Ascendente
Liber*	119	1,517	1.635	Ascendente
Soberan*	92	1,173	1.242	Descendente
Independ*	83	1,058	1.110	Descendente
Republic*	28	357	0.308	Ascendente
Feder*	11	140	0.060	Descendente
Confed*	5	64	-0.027	Ligeiramente ascendente

Nota: * indica variações flexionais do termo incluídas na contagem; “Contagem” refere-se à frequência absoluta dos termos com o mesmo radical; “Relativo” indica a frequência relativa (por milhão de palavras) no corpus; “Pontuação Z” corresponde à frequência padronizada do termo no conjunto do corpus; “Tendência” descreve a variação da frequência do termo ao longo do documento.

Tabela IV-2 — Frequência das províncias do Norte

Províncias do Norte	Frequência
Bahia	89
Parahiba	16
Ceará	12
Alagoas	11
Maranhão	10
Pará	9
Sergipe	6
Rio Grande do Norte	4
Piauí	1

Tabela IV-3 — Combinações Político-Ideológicas

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Bélico/Resistência
<i>"assembléia constituinte"</i>	45+	Defesa da representação nacional dissolvida
<i>"soberania da nação"</i>	30+	Princípio fundamental do liberalismo
<i>"sistema constitucional"</i>	25+	Defesa do regime constitucional
<i>"facção portuguesa"</i>	35+	Identificação do inimigo político
<i>"poder legislativo"</i>	20+	Defesa das atribuições parlamentares
<i>"liberdade política"</i>	18+	Autonomia e direitos políticos
<i>"projecto de constituição"</i>	22+	Crítica ao documento outorgado

Tabela IV-4 — Combinações de Conflito/Resistência

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Bélico/Resistência
<i>"dissolução da assembléia"</i>	40+	Ato imperial criticado
<i>"chumbeiros do Rio"</i>	15+	Opositores políticos no Rio de Janeiro
<i>"arbítrio imperial"</i>	12+	Crítica ao autoritarismo
<i>"unidade das províncias"</i>	18+	Defesa da federação
<i>"resistência legítima"</i>	10+	Justificação da oposição
<i>"tiranos e déspotas"</i>	8+	Retórica antiautoritária

Tabela IV-5 — Combinações Regionais/Identitárias

Combinação de Termos	Frequência	Identidade Regional
<i>"província de Pernambuco"</i>	25+	Identidade regional forte
<i>"povo pernambucano"</i>	15+	Comunidade política local
<i>"norte do Brasil"</i>	12+	Identidade regional ampliada
<i>"camaras municipais"</i>	20+	Instâncias locais de poder
<i>"heróis pernambucanos"</i>	8+	Exaltação de figuras locais

Tabela IV-6 — Combinações Religiosas/Morais

Combinação de Termos	Frequência	Contexto Religioso
<i>"religião católica"</i>	20+	Defesa da religião oficial
<i>"santa religião"</i>	10+	Linguagem religiosa
<i>"providência divina"</i>	8+	Justificação teológica
<i>"moral pública"</i>	6+	Defesa dos valores morais

ANEXO V: Cronologia da Aparição de ArestasTabela V-1 — Síntese da evolução das arestas descritas no *Typhis*

<p>FASE 1</p> <p>FC → P1: Chamado à união e ao despertar contra o perigo iminente</p> <p>FC → RI: Primeiras críticas à centralização e à arbitrariedade imperial</p> <p>FC → PM: Crítica ideológica ao Poder Moderador como concentração ilegítima de poder</p> <p>FC → DP1: Crítica inicial ao absolutismo, ainda de forma contida (Ed. 4)</p> <p>RI → AC (×2): Ação hostil da dissolução da Assembleia Constituinte e acusação de perjúrio</p> <p>RI → FP: Aliança do Rio de Janeiro com a Facção Portuguesa</p> <p>MCR → RI: Oposição do Executivo pernambucano ao governo central</p>
<p>FASE 2</p> <p>P1 → MG: Rejeição crescente ao Morgado do Cabo, candidato de D. Pedro I à presidência de Pernambuco</p> <p>RI → MG: Apoio instrumental do Rio de Janeiro ao Morgado para desestabilizar Pernambuco</p> <p>SR → PM: Apoio servil do Senado do Rio ao Poder Moderador, reforçando a centralização</p> <p>P1 → PB: União federalista com a Paraíba, primeira expansão geográfica da rede</p> <p>P1 → BH: Alerta de Pernambuco à Bahia sobre a instabilidade política crescente</p> <p>BH → RI: Postura de inconstância da Bahia, oscilando entre obediência ao Rio e simpatia federalista</p> <p>MN → MCR: Traição de Muniz Tavares contra Manoel de Carvalho, expondo intrigas internas</p> <p>JT → P1: Primeiras ameaças do bloqueio naval de João Taylor a Pernambuco</p> <p>JT → MCR: Ordem de prisão de João Taylor contra Manoel de Carvalho</p>
<p>FASE 3</p> <p>P1 → CE: União federalista com o Ceará, consolidando a expansão regional (Ed. 19)</p> <p>P1 → AL: Socorro militar de Pernambuco a Alagoas, única aresta envolvendo essa província em todo o corpus (Ed. 19)</p> <p>BH → P1: Hostilidade da Bahia a Pernambuco, confirmando empiricamente a falha da ponte inter-regional (Ed. 21)</p>
<p>FASE 4</p> <p>P1 → RI: Ruptura (Separatismo) — Pernambuco formaliza o rompimento com o Império, declarando a soberania provincial e a secessão (Ed. 25-29)</p> <p>RI → P1: Desamparo (Defensor) — o Rio de Janeiro acusa Pernambuco de abandonar o pacto imperial, invertendo a retórica do 'Defensor Perpétuo' que o próprio <i>Typhis</i> havia mobilizado nas fases anteriores (Ed. 25-29)</p>

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.